



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

PALMAS/TO, MARÇO DE 2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL



RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Decisão Normativa TCU nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013

PALMAS-TO, MARÇO DE 2014

SUMÁRIO

1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	14
1.1.1	Relatório de Gestão Individual.....	14
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	15
1.3	Organograma Funcional - NPF.....	17
1.4	Macroprocessos finalístico.....	18
1.5	Macroprocessos de Apoio.....	24
1.6	Principais Parceiros.....	25
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	25
2.1	Planejamento da Unidade.....	25
2.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	42
2.2.1	Programa Temático.....	42
2.2.2	Objetivo.....	42
2.2.2.1	Análise Situacional.....	42
2.2.3.1	Ações – OFSS.....	42
2.2.3.2	Ações/Subtítulos – OFSS.....	48
2.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS –.....	50
2.2.3.4	Ações - Orçamento de Investimento – OI.....	51
2.2.3.5	Análise Situacional.....	51
2.3	Informações sobre outros resultados da gestão.....	52
3	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	52
3.1	Estrutura de Governança.....	52
2º	Distrito de polícia rodoviária federal.....	53
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	53
3.3	Remuneração Paga a Administradores.....	55
3.3.1	Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal –.....	55
3.3.2	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos.....	55
3.3.3	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	55
3.3.4	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	55
3.4	Sistema de Correição.....	55
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	56
3.6	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	57
4	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	57
4.1	Execução das despesas.....	57
4.1.1	Programação –.....	57
4.1.1.1	Análise Crítica.....	58
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	58
4.1.3	Realização da Despesa.....	59
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total –.....	59
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	59
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	59
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	59
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - NAF.....	59
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	60
4.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	61
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	62

4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	62
4.3.1	Análise Crítica.....	62
4.4	Transferências de Recursos.....	63
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	63
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	63
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	63
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	63
4.4.5	Análise Crítica.....	63
4.5	Suprimento de Fundos.....	63
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	63
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	64
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	64
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	64
4.5.5	Análise Crítica.....	65
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	65
4.6.1	Benefícios Financeiros e Creditícios.....	65
4.6.1.1	Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação.....	65
4.6.1.2	Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica.....	65
4.6.2	Renúncias Tributárias.....	65
4.6.2.1	Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação.....	65
4.6.2.2	Valores Renunciados e Contrapartida.....	65
4.6.2.3	Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário.....	65
4.6.2.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	65
4.6.2.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária.....	65
4.6.2.6	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	66
4.6.2.7	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	66
4.6.2.8	Comunicações à RFB.....	66
4.6.2.9	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	66
4.6.2.10	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	66
4.6.2.11	Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	66
4.6.2.12	Renúncia Tributária – Análise Crítica.....	66
4.7	Gestão de Precatórios.....	66
4.7.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta.....	66
4.7.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	66
4.7.3	Análise Crítica.....	66
5.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	66
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	66
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	67
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	68
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	68
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	68
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	70
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	71
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	71
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	72
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	72

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	72
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	73
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	73
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	73
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	75
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	75
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	80
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	80
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	80
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	81
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	82
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	83
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	83
6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	84
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	84
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	87
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	87
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	87
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	88
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	88
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	89
7.1.1 Análise Crítica.....	90
8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	91
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	91
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	92
9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	92
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	92
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	92
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	93
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI.....	94
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	94
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	94
9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	94
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 NAP.....	94
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	94
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	95
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	96
9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....	97
10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	98
10.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO 10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	98
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários.....	98
10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	98

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.....	99
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....		99
11.2.1 Declaração Plena.....		99
11.2.2 Declaração com Ressalva.....		100
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....		101
11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....		101
11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.....		101
11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida.....		101
11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora.....		101
11.6 Relatório de Auditoria Independente.....		101
12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....		101
12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....		101

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU	Controlaria-Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	Núcleo Administrativo e Financeiro
NAP	Núcleo de Administração de Pessoal
NCAI	Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
NPF	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República

PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SEDH	Secretaria de Direitos Humanos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE TABELAS

I	Identificação Das Unidades Operacionais
II	Indicadores e Metas
III	Calendário das Operações de Férias e Feriados Nacionais e Regionais 2013
IV	Acidentes Ocorridos entre 2009 e 2013
V	Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013
VI	Apreensão de Contrabando / Descaminho Realizadas entre 2009 e 2013
VII	Apreensão de Armamento Realizadas entre 2009 e 2013
VIII	Apreensão de Pessoas Realizadas entre 2009 e 2013
IX	Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013
X	Procedimentos Operacionais Realizados entre 2009 e 2013
XI	Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013
XII	Apreensão de Contrabando / Descaminho Realizadas entre 2009 e 2013
XIII	Apreensão de Armamento Realizadas entre 2009 e 2013
XIV	Apreensão de Pessoas Realizadas entre 2009 e 2013
XV	Fiscalização Ambiental Realizadas entre 2009 e 2013
XVI	Quantitativo de Processos Julgados - CADA
XVII	Quantitativo de Processos Protocolados - CADA
XVIII	Quantitativo de Processo Julgados - JARI
XIX	Quantitativo de Processos Protocolados -JARI
XX	Indicadores
XXI	Atividades Disciplinares
XXII	Rotatividade (<i>turnover</i>)
XXIII	Calendário de capacitações
XXIV	Veículos em uso ou na responsabilidade da UJ
XXV	Média anual de quilômetros rodados
XXVI	Idade média da frota
XXVII	Custos associados à manutenção da frota

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
Quadro A.2.2.3.1	Ações - OFSS
Quadro A.2.2.3.3	Ações não previstas LOA 2013- Restos a pagar - OFSS
Quadro A.3.2	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
Quadro A.4.1.2.1	Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa
Quadro A.4.1.3.5	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação
Quadro A.4.1.3.6	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação
Quadro A.4.3	Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores
Quadro A.4.5.1	Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
Quadro A.4.5.3	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Quadro A.4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
Quadro A.5.1.1.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
Quadro A.5.1.2.1	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
Quadro A.5.1.2.2	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.1.2.3	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.1.3	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
Quadro A.5.1.4.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
Quadro A.5.1.4.2	Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
Quadro A.5.1.5.1	Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
Quadro A.5.1.5.2	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
Quadro A.5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no SISAC
Quadro A.5.1.5.4	Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
Quadro A.5.2.3	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Quadro A.5.2.4	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Quadro A.5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro A.6.2.2	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional
Quadro A.6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Quadro A.7.1	Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada
Quadro A.8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
Quadro A.9.1.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro A.9.1.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.9.4.1	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro A.9.5	Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013
Quadro A.9.6	Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
Quadro A.11.2.2	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

LISTA DE GRÁFICOS

I	Acidentes por Unidade Operacional – 2013
II	Acidentes por Unidade Operacional – 2013
III	Acidentes por mês 2013 – Tocantins
IV	Fator Contribuinte 2013
V	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 GURUPI (BR-153)
VI	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 GURUPI (BR-242)
VII	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 PARAÍSO (BR-153)
VIII	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 GUARAÍ (BR-153)
IX	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 ARAGUAÍNA (BR-153)
X	Dispersão dos Acidentes (km x horário) – 2013 PALMEIRAS (BR-226)

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**1.1.1 Relatório de Gestão Individual****Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal		Código SIORG: 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Segundo Distrito de Polícia Rodoviária Federal		
Denominação abreviada: 2º DRPRF		
Código SIORG: 029303	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200139
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta		
Principal Atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização		Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(63) 3215-9700	
Endereço Eletrônico: sup.to@prf.gov.br		
Página na Internet: http://www.prf.gov.br		
Endereço Postal: Quadra 103 Sul, Av. SO-11, nº 30 - CEP: 77.015-034 - Palmas/TO,		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 144)		
- Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro)		
- Lei nº 9.654/1998		
- Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não existem		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
200139	2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
Não se aplica		Não se aplica

1.1.2 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Não se aplica.

1.1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Não se aplica.

1.1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Não se aplica.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A finalidade institucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição, cabendo ao 2º DRPRF a fiscalização sobre 1.372,7 km.

As atividades operacionais são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais passa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

As normas que disciplinam nossas atividades estão descritas: na Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 144); na Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei nº 9.654/1998; e Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança decorrem do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário Federal, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate aos crimes contra a pessoa, patrimônio, tributário, ambientais, etc. Cumpre salientar que este órgão policial atua de forma relevante no apoio a outras instituições, sejam elas, federais, estaduais, municipais e civis.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF se insere em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade do cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do índice de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos relevantes de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos (Federal, Estadual, Municipal e Distrital) para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos bem como com os Administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal

Serão apresentadas ao longo deste Relatório de Gestão as atividades administrativas e operacionais executadas no ano de 2013 pelo 2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal. Procuraremos demonstrar que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução dos índices de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o Estado do Tocantins.

As ações desprendidas encontraram algumas resistências, a exemplo de limitação de recursos orçamentários, humanos e logísticos. A resistência orçamentária materializa-se nos limites financeiros percebido pela Regional para o exercício, e ainda nas contingências financeiras aplicadas visando o equilíbrio das contas públicas. Já as resistências de Recursos Humanos e logísticos se apresentam na ausência de pessoal suficiente e estrutura singela de um Distrito de Polícia Rodoviária Federal. Porém, tais resistências não impediram a execução de nossas tarefas. Em especial a execução das atividades operacionais, “carro chefe” de nossas ações.

Nesta linha a Unidade apresentará a seguir, o escopo das atividades desenvolvidas, intimamente ligadas à obtenção dos resultados operacionais também demonstrados no decorrer do presente relatório. Tais atividades serão relacionadas por suas áreas de atuação, levando-se em conta a divisão das equipes de trabalho, ou seja, Administração Financeira e Orçamentária, Recursos Humanos, Corregedoria e Policiamento e Fiscalização, as quais tentaremos resumidamente expressar neste “introito”.

ADMINISTRAÇÃO – Além da gestão de contratos de serviço continuados, no exercício de 2013, foram realizadas uma série de aquisições de material permanente e de consumo voltada a atender as mais diversas demandas. Estas aquisições ocorreram em sua maioria através de Pregão Eletrônico e cotação eletrônica.

RECURSOS HUMANOS - Além das atividades rotineiras, a gestão de pessoal deu enfoque ao cumprimento das demandas originadas do DPRF, além das atividades de educação servidores. Outro destaque foi a continuação do PROSERV, programa voltado para qualidade de vida do servidor. Este programa abrangeu toda a UJ, realizando exames periódicos, palestras diversas e campanhas de vacinação.

CORREGEDORIA - A área correicional voltou sua atenção às ações de acompanhamento gerencial dos servidores em seus locais de trabalho, principalmente nos períodos de operações, visando prevenir a prática de irregularidades e evitar que problemas relacionados à gestão venham a se tornar irregularidades funcionais que no futuro requeiram uma ação repressiva. Como prioridade da Corregedoria, foi realizado o processamento dos casos mais graves, envolvendo possíveis práticas de corrupção e de violência policial, os quais, em sua maioria, se encontram aguardando julgamento pela autoridade competente.

POLICIAMENTO - Dentro das ações de patrulhamento ostensivo procuramos intensificar as ações de fiscalização, suprindo as limitações no trabalho em conjunto com outros órgãos e o uso de

novos equipamentos, destacando aqui o uso de etilômetros e radares como medida preventiva, para combater acidentes com motoristas alcoolizados, ainda proteger e assegurar o direito de um trânsito seguro.

Os números alcançados na área fim tem posicionado satisfatoriamente o 2º DRPRF entre as demais Unidades do DPRF. Observamos que o esforço de nossos servidores administrativos e operacionais tem sido o forte no cumprimento de nossa missão institucional. É necessário fazer esta observação, pois um Distrito da Polícia Rodoviária Federal possui estrutura regimental aquém de uma superintendência, porém, com as mesmas atribuições e obrigações destas. De forma clara exemplificamos que uma superintendência tem em seu quadro 19 funções comissionadas, enquanto o Distrito apenas 05.

Embora tenhamos identificados pontos a serem saneados para o próximo exercício, acreditamos ter gerenciado da melhor forma possível os recursos e ações da PRF neste Estado. Estas ações serão mais detalhadas ao longo deste Relatório.

1.3 Organograma Funcional - NPF

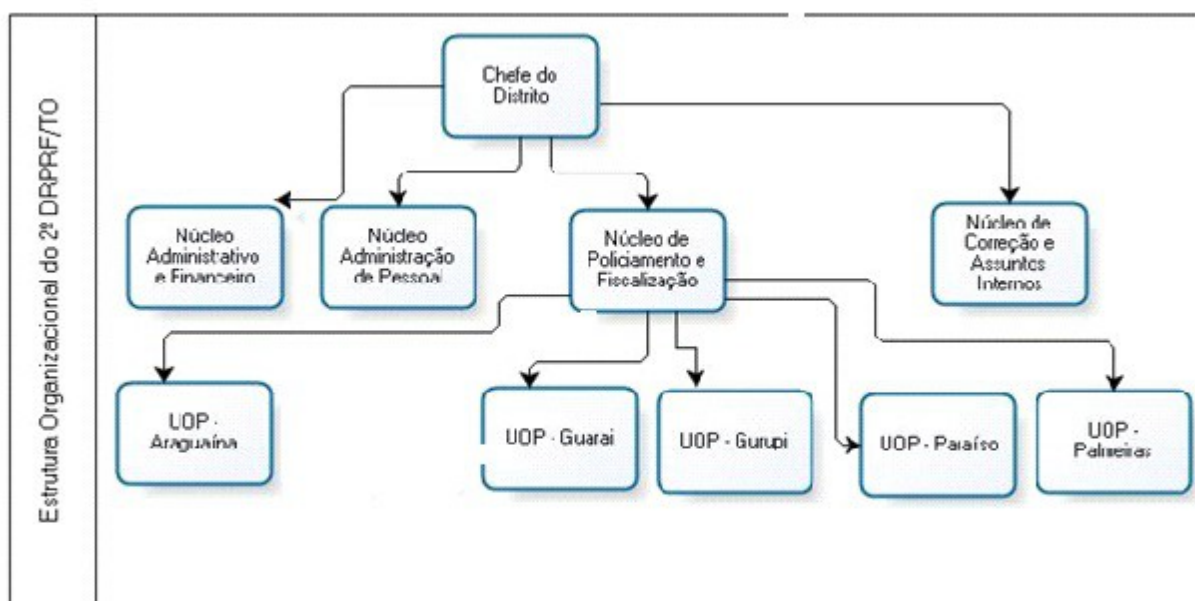


Tabela I - Identificação Das Unidades Operacionais

UNIDADE OPERACIONAL	LOCALIZAÇÃO	CIRCUNSCRIÇÃO
Unidade Operacional Palmeiras	BR 226, km 07, Palmeiras do Tocantins/TO.	BR 226 – km 00 ao 71,3; BR 230 – km 1,7 ao 146,4.
Unidade Operacional de Araguaína	BR 153, km 156, Araguaína/TO.	BR 153 – km 00 ao 246,3.
Unidade Operacional de Guarai	BR 153, km 329, Guarai/TO	BR 153 – km 246,3 ao 412,7

Unidade Operacional de Paraíso:	BR 153, km 496, Paraíso do TO	BR 153 – km 412,7 ao 556,3.
Unidade Operacional de Gurupi:	BR 153, km 668, Gurupi/TO	BR 153 – km 556 ao 722 / BR 242 – km 280 ao 414,4 e km 414,4 ao 497 / BR 010- KM 165,6 ao 306.
TOTAL DA MALHA VIÁRIA		1.372,7 KM

As competências e atribuições da UJ estão previstas no Regimento Interno do DPRF (PORTARIA MJ Nº 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007).

1.4 Macroprocessos finalístico

São os serviços prestados pela PRF ao público externo. Formam os pilares existências da organização, determinam sua atuação, recebem apoio de outros processos internos e estão diretamente relacionados a finalidade primeira da instituição. Neste sentido o que melhor materializa este objetivo é a descrição literal contida na Constituição Federal, no momento em que define nossa competência: *“destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”*.

Observa-se que as linhas gerais dos macroprocessos são traçadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as Descentralizadas o cumprimento e gerência Regional.

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: “Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania”.

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

1. **Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
2. **Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
3. **Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
4. **Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. REDUZIR A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO DAS RODOVIAS FEDERAIS

a. DESCRIÇÃO

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

b. INDICADORES

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no

trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

2. ASSEGURAR A LIVRE CIRCULAÇÃO NAS RODOVIAS FEDERAIS

a. DESCRIÇÃO

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b. INDICADORES

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

3. CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA NO PAÍS.

a. DESCRIÇÃO

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na

realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

b. INDICADOR

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

4. AUMENTAR A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

DESCRIÇÃO

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui

poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma ideia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

1. Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
2. Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
3. Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.

4. Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

INDICADOR

Observamos que a aplicação do processo de avaliação deste indicador é realizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal com alcance em todas as Regionais.

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Gerenciam os recursos da instituição. Em geral produzem resultados imperceptíveis ao público externo, mas são essenciais para a gestão efetiva da missão. Esses processos viabilizam o funcionamento coordenado dos vários processos da organização em busca do melhor desempenho. Estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição. Os seus produtos e serviços tem como clientes, principalmente, elementos pertinentes ao próprio ambiente da organização.

- Gestão de Pessoas: Administrar, capacitar e desenvolver a força de trabalho;
- Gestão de Bens e Serviços: Gerir recursos materiais e serviços necessários;
- Gestão da Informação: Disseminar e divulgar informações de interesse do órgão.
- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

1.6 Principais Parceiros

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT: Ambas as instituições cuidam, dentro de suas atribuições específicas de um mesmo bem que são as rodovias federais.
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT: Convênios para fiscalização de transporte interestadual de passageiros e cargas.
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU: parceria no atendimento de vítimas de trânsito.
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN: compõe comissões de estudos da legislação de trânsito/DPRF;
- Órgãos de Segurança Pública: Ações conjuntas visando o combate a criminalidade e ilícito de trânsito.
- Receita Federal: combate a contrabando, descaminho e pirataria.
- Receita Estadual: combate a contrabando, descaminho e pirataria.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: ações visando combate a crimes ambientais.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio: ações visando combate a crimes ambientais.
- Ministério do Trabalho e Emprego: ações visando a prevenção e repressão a delitos laborais.
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos: ações visando a prevenção e repressão a delitos contra menores e grupos vulneráveis.
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito: ações visando a segurança no trânsito
- Advocacia Geral da União: Órgão jurídico consultivo.
- Ministérios Públicos Estaduais e Federais: apoio a ações diversas de combate a criminalidade.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2.1 Planejamento da Unidade

Observamos que a Unidade não possui planejamento estratégico próprio. O planejamento e ações são definidos pelo órgão central, com participação informativa das Unidades, tendo abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

Fazemos constar abaixo as ações definidas no PPA, para o quadriênio 2012-2015, cujas implantação alcançam mais diretamente esta Regional :

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais (Somatório nacional);
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;

- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.
- Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, este Órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional pretende executar as ações seguintes:

No busca do alcance destas metas, restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ (Instrução de Serviço nº 001, de 2013).

Tabela II – Indicadores e Metas

INDICADOR	Taxa de Variação de Acidentes*	Taxa de Mortalidade*	Procedimentos de Fiscalização		
			Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	14,794	1,552	80.400	80.400	21.696

*Acidentes e Mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional (fonte da frota – DENATRAN).

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

Tabela III - Calendário das Operações de Férias e Feriados Nacionais e Regionais 2013.

OPERAÇÃO	DIA DA RESTRIÇÃO	HORÁRIO DA RESTRIÇÃO
CARNAVAL	09/02/2013 (sexta-feira)	16:00 às 24:00
	10/02/2013 (sábado)	06:00 às 12:00
	12/02/2013 (terça-feira)	16:00 às 24:00
	13/02/2013 (quarta-feira)	06:00 às 12:00
SEMANA SANTA	28/03/2013 (quinta-feira)	16:00 às 24:00
	29/03/2013 (sexta-feira)	06:00 às 12:00
	31/03/2013 (domingo)	16:00 às 24:00
CORPUS CHRISTI	30/05/2013 (quarta-feira)	16:00 às 22:00
	02/06/2013 (domingo)	16:00 às 24:00

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/2013 (quinta-feira)	16:00 às 24:00
	15/11/2013 (sexta-feira)	06:00 às 12:00
	17/11/2013 (domingo)	16:00 às 24:00
FIM DE ANO	20/12/2013 (sexta-feira)	16:00 às 22:00
	21/12/2013 (sábado)	06:00 às 12:00
	25/12/2013 (quarta-feira)	16:00 às 24:00
	01/01/2014 (quarta-feira)	16:00 às 24:00
Restrição de Trânsito na BR 101, entre os Municípios de Rio Bonito e Itaboraí, km 269 a 308 do Rio de Janeiro e na BR 493, nos Municípios de Magé e Itaboraí, Km 0 ao 26		
CARNAVAL	09/02/2013 (sexta-feira)	06:00 às 19:00
	10/02/2013 (sábado)	06:00 às 19:00
	13/02/2013 (quarta-feira)	12:00 às 22:00
	17/02/2013 (domingo)	12:00 às 22:00
Restrição apenas nos Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte		
FESTEJOS JUNINOS (São João)	21/06/2013 (sexta-feira)	12:00 às 20:00
	22/06/2013 (sábado)	15:00 às 22:00
	23/06/2013 (domingo)	15:00 às 22:00
	24/06/2013 (segunda-feira)	06:00 às 12:00
Restrição apenas no Rio de Janeiro		
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE	24/07/2013 (quarta-feira)	14:00 às 24:00
	28/07/2013 (domingo)	12:00 às 24:00

O incremento da fiscalização foi o grande diferencial na busca incansável pelo alcance dos objetivos estratégicos.

Procuramos direcionar nossas ações para os fatores críticos de acidentes graves mais comuns, como excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas duas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

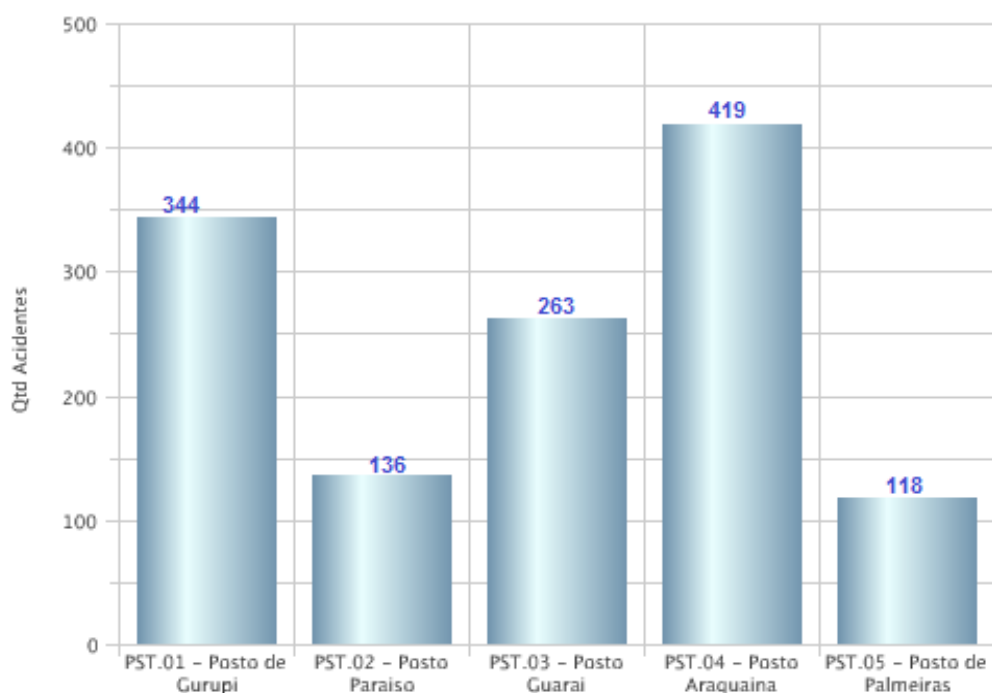
ACIDENTES

Tabela IV - Acidentes Ocorridos entre 2009 e 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Total de acidentes	966	1.015	1.037	1.108	1.280
Nº de acidentes com vítimas	490	515	538	553	611
Nº de acidentes sem vítimas	475	500	499	555	658
Nº de feridos	760	766	823	878	957
Nº de mortes	86	114	126	105	110

Acidentes por Unidade Operacional – 2013

Gráfico I - Acidentes por Unidade Operacional – 2013



APREENSÃO DE DROGAS

Tabela V – Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013

Drogas	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Cocaína	grama	49100	64.669	58.016	75.673	201.424
Maconha	grama	356	21.823	104.645	740.044	919.603
Crack	grama	20000	3.536	8.680	31.806	1.208

APREENSÃO DE CONTRABANDO / DESCAMINHO

Tabela VI – Apreensão de Contrabando / Descaminho Realizadas entre 2009 e 2013

Contrabando	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Bebida	litro	0	9	18.000	75	371
Cigarro	pacotes	0	733	4.468	3.300	0
Eq. de informática / eletrônicos	unid.	593	15.278	0	2.565	0
CDs/DVDs	unid.	0	1.000	3.000	25.502	0
Medicamentos	Unid.	9279	50.000	6.748	42.500	0
Outros	unid.	2000	30.679	67.942	44.593	15.430

ARMAMENTO

Tabela VII – Apreensão de Armamento Realizadas entre 2009 e 2013

Armamento	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
De fogo	unid.	8	11	8	8	14
Branças	unid.	1	2	2	1	3
Munições	unid.	156	1.285	303	23	533

PESSOAS

Tabela VIII – Apreensão de Pessoas Realizadas entre 2009 e 2013

Pessoas	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoas detidas	403	372	278	297	403
Menores recolhidos	24	19	12	15	12

Aliada a essa fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter intenso diálogo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular em rodovias, bem como o papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, exceção se faz para os perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento a violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento a criminalidade com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão, na apreensão.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhado no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

A maior dificuldade enfrentada está na força de trabalho muito aquém das demandas. Embora ocorresse o ingresso de novo efetivo no primeiro trimestre, este ainda é muito aquém das necessidades desta UJ.

Quanto aos procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais, a PRF atuou de forma efetiva e continuada, tendo sido fiscalizado 102.067 condutores e passageiros de veículos. 27 cidadãos foragidos da justiça, com mandado de prisão em aberto, foram detidos.

Durante o exercício de 2013 a PRF, também, realizou diversas capacitações dos Responsáveis pelas Unidades Operacionais na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência, distribuindo os recursos nos locais com maior incidência de acidentes.

Em relação às ações de educação para o trânsito, durante o ano de 2013 foram realizadas Palestras e Projetos para Motoristas Profissionais, como o Cinema Rodoviário.

As metas estabelecidas pela DPRF para a Unidade em 2013 foram desafiadoras, sendo estas:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 14,552 acidentes por 1.000.000 veículos (Portarias 04/2011 e 28/2011-DPRF) – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 14,122/1.000.000;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,379 mortos por 1.000.000 veículos (Portarias 01/2013) – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 1,169/1.000.000;
- aumentar as fiscalizações através das abordagens em veículos para o cumprimento das metas de Procedimentos de Fiscalização – Meta 80.400 – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 90.436;
- aumentar as fiscalizações através do uso de etilômetro para o cumprimento das metas de Procedimentos de Fiscalização – Meta 21.696 – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 21.753;

Uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades operacionais é a constante redução do efetivo policial em contraposição ao aumento da frota de veículos circulando pelas rodovias federais.

O universo de atuação da Polícia Rodoviária Federal, ao exercer suas atribuições legalmente instituídas, é muito amplo. Não se resume apenas à fiscalização rotineira, ou somente à aplicação de multas: ela é o braço do Estado ao atuar nas rodovias federais, oferecendo auxílios à diversos usuários, combatendo a criminalidade e trabalhando para garantir a segurança do trânsito e incolumidade da União e de terceiros.

Para atingir essas metas, o órgão empenha-se incansavelmente, focando seu trabalho no cidadão que utiliza a rodovia frequentemente ou ocasionalmente. Ciente de seu papel institucional, a Polícia Rodoviária Federal realizou no Estado do Tocantins, em 2013, uma grande quantidade de auxílios a usuários, deteve pessoas por ocorrências diversas, lavrou autos de infração, combateu a criminalidade, além de muitas outras ramificações do trabalho policial.

Segue abaixo um balanço destas ocorrências:

ACIDENTES

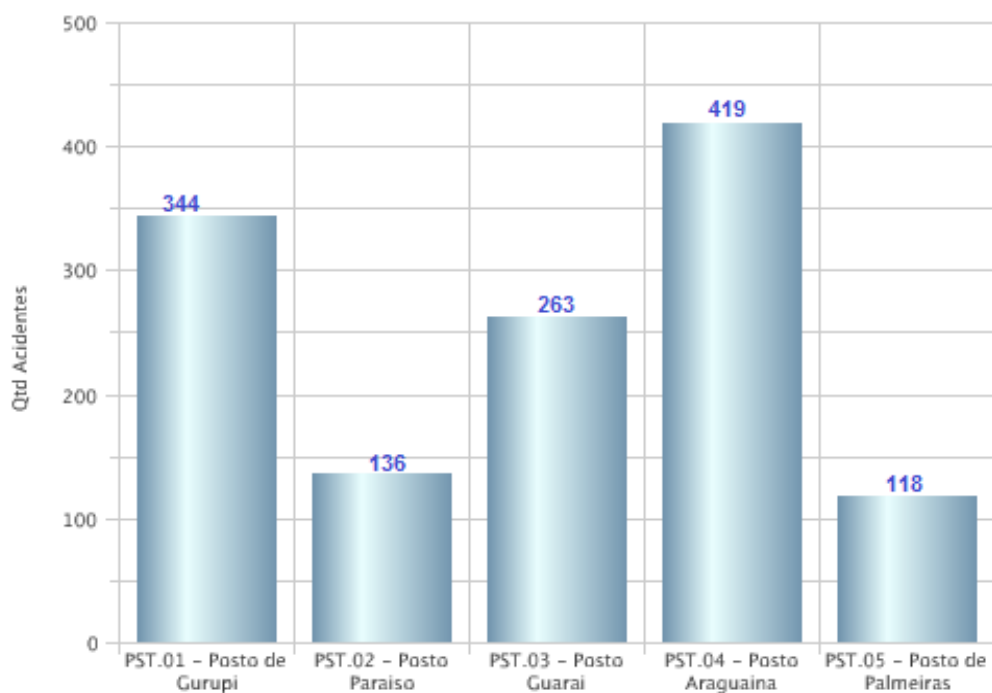
Tabela IX – Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Total de acidentes	966	1.015	1.037	1.108	1231

Nº de acidentes com vítimas	490	515	538	553	574
Nº de acidentes sem vítimas	475	500	499	555	657
Nº de feridos	760	766	823	878	866
Nº de mortes	86	114	126	105	111

Acidentes por Unidade Operacional – 2013

Gráfico II - Acidentes por Unidade Operacional – 2013



Acidentes por mês 2013 – Tocantins

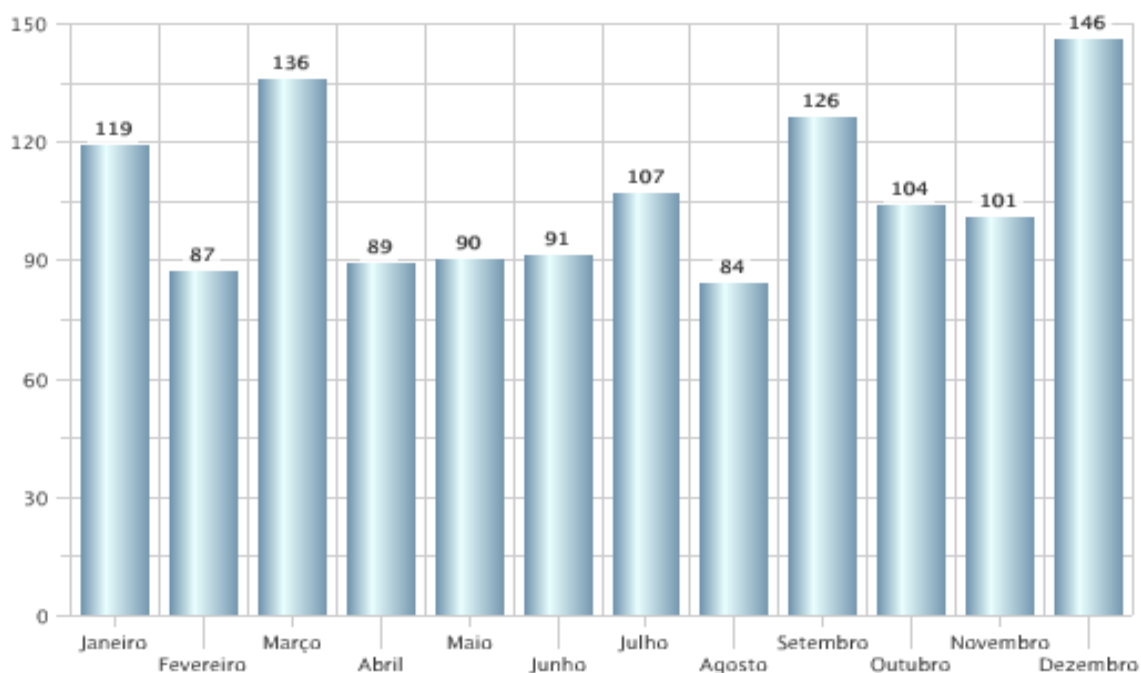
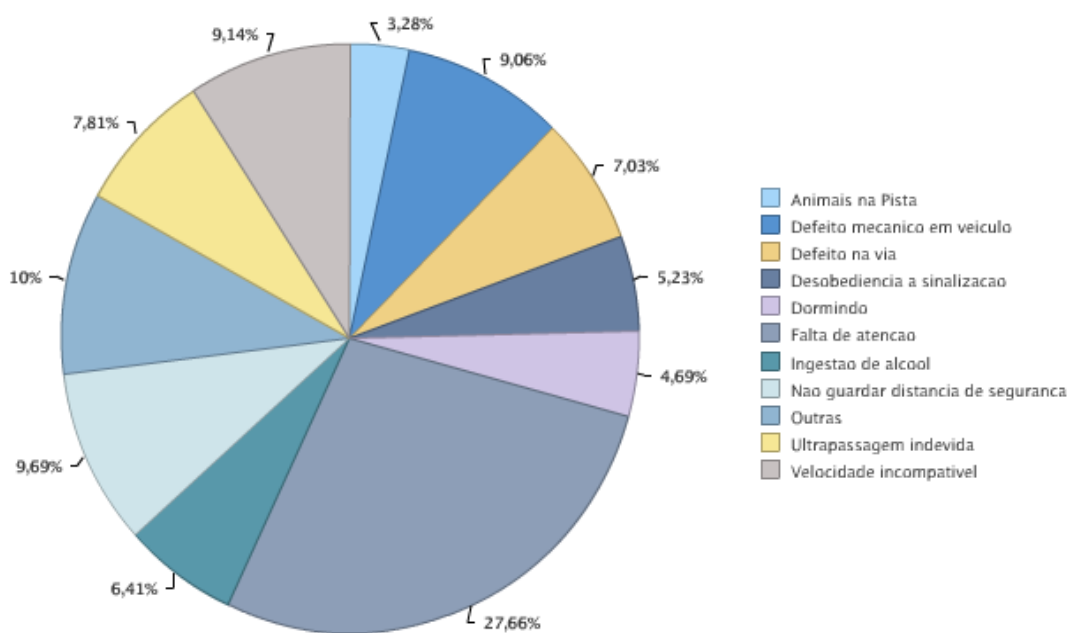


Gráfico III - Acidentes por mês 2013 – Tocantins

Fator Contribuinte 2013 – Tocantins

Gráfico IV - Fator Contribuinte 2013



Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 15 km) – 2013

Gráfico V - Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 15 km) – 2013 GURUPI (BR-153)

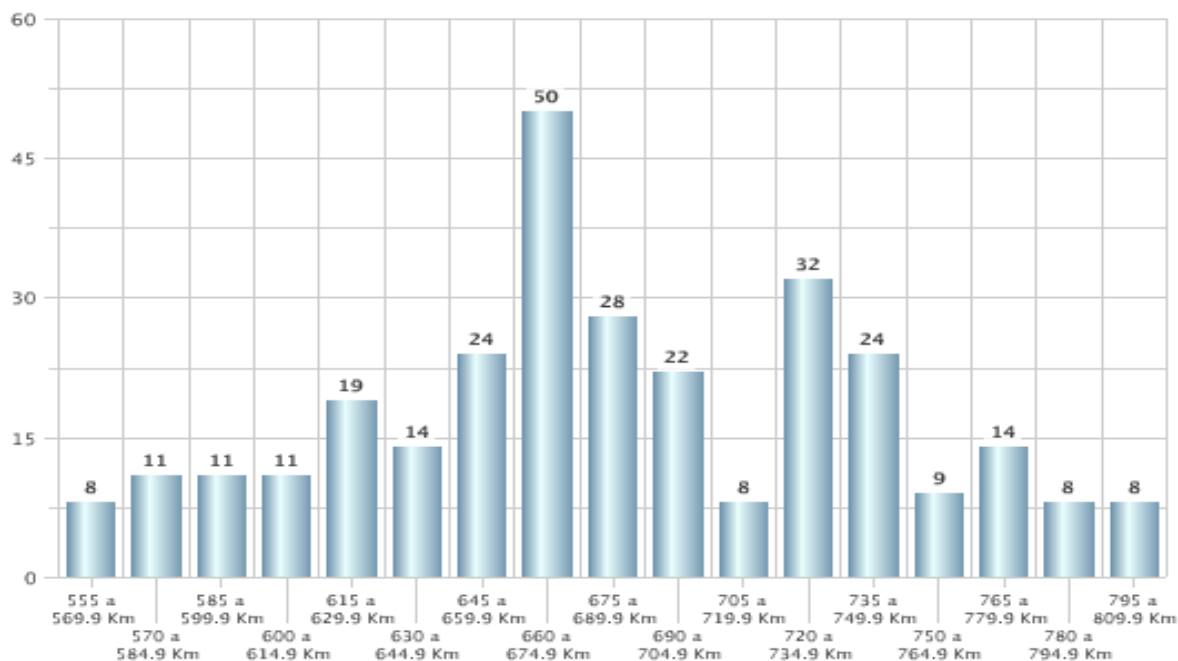


Gráfico VI - Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 15 km) – 2013 GURUPI (BR-242)

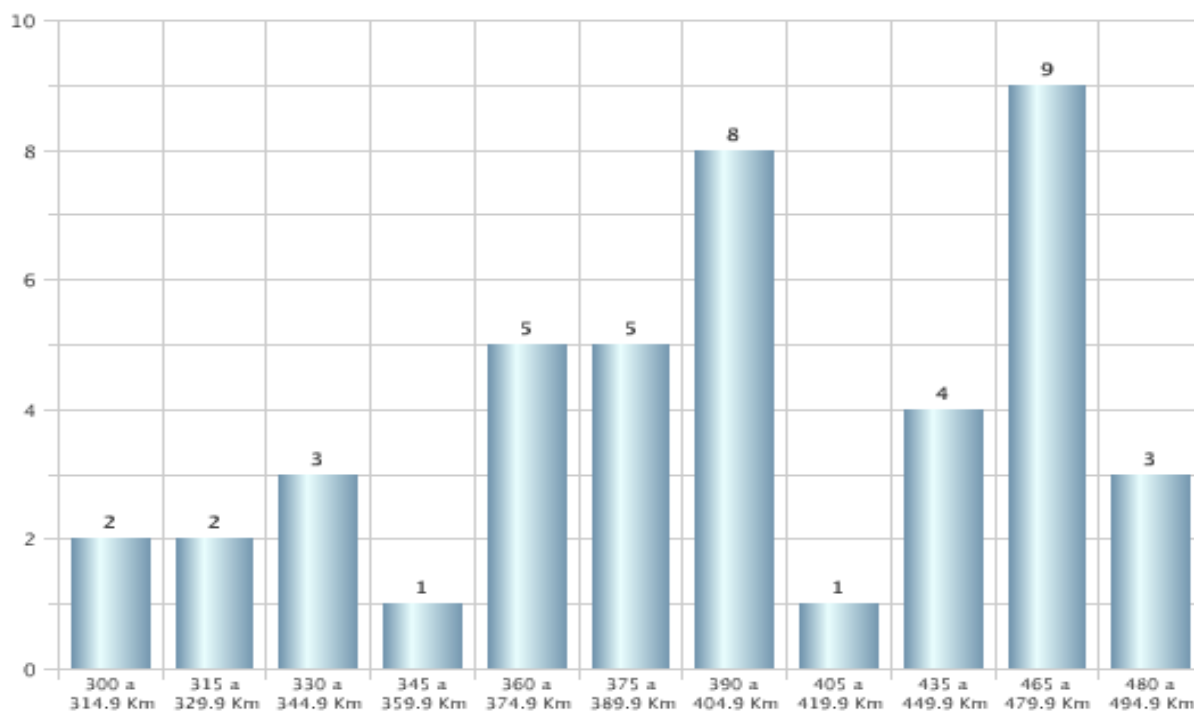


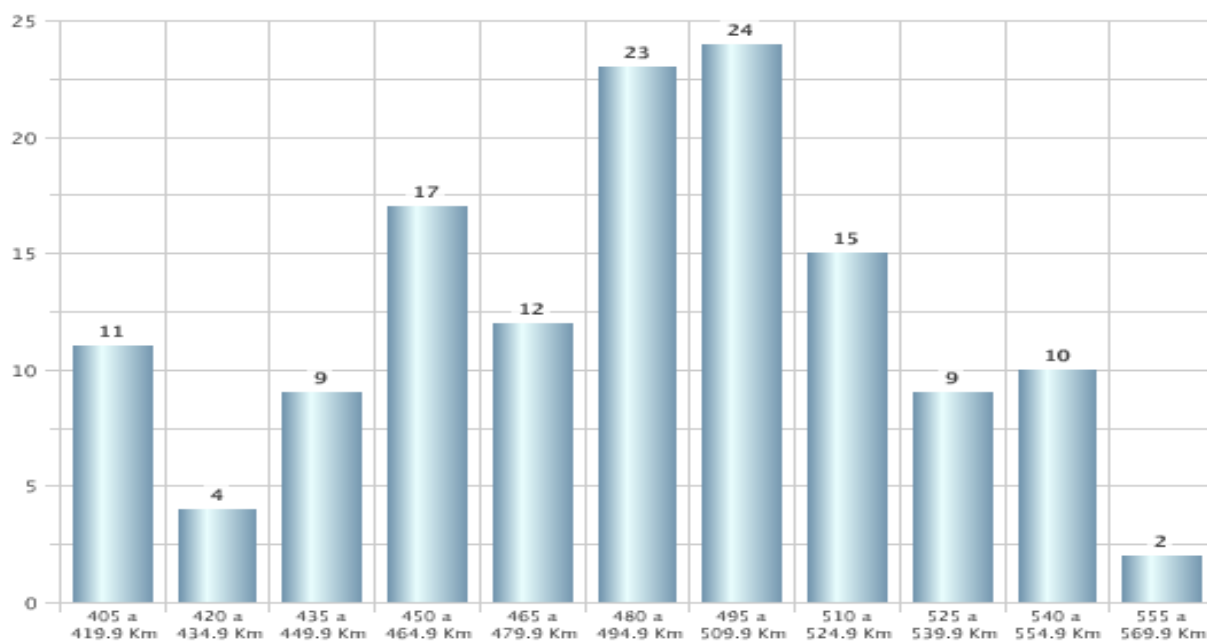
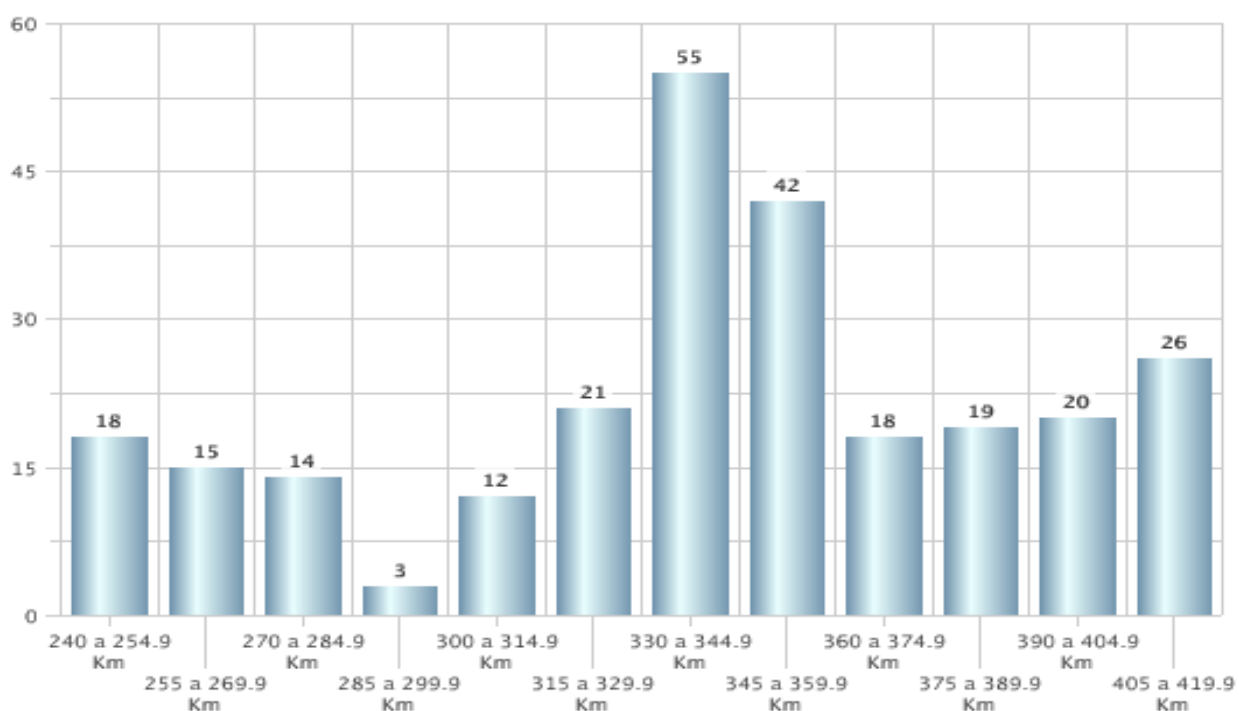
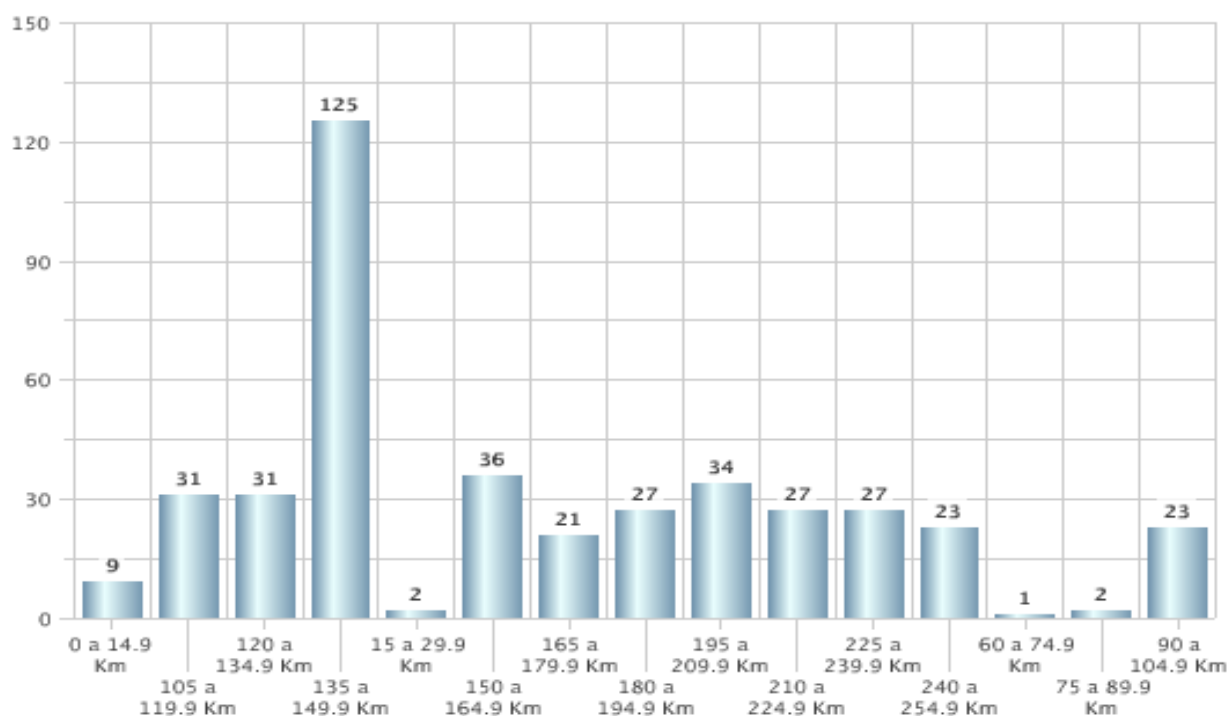
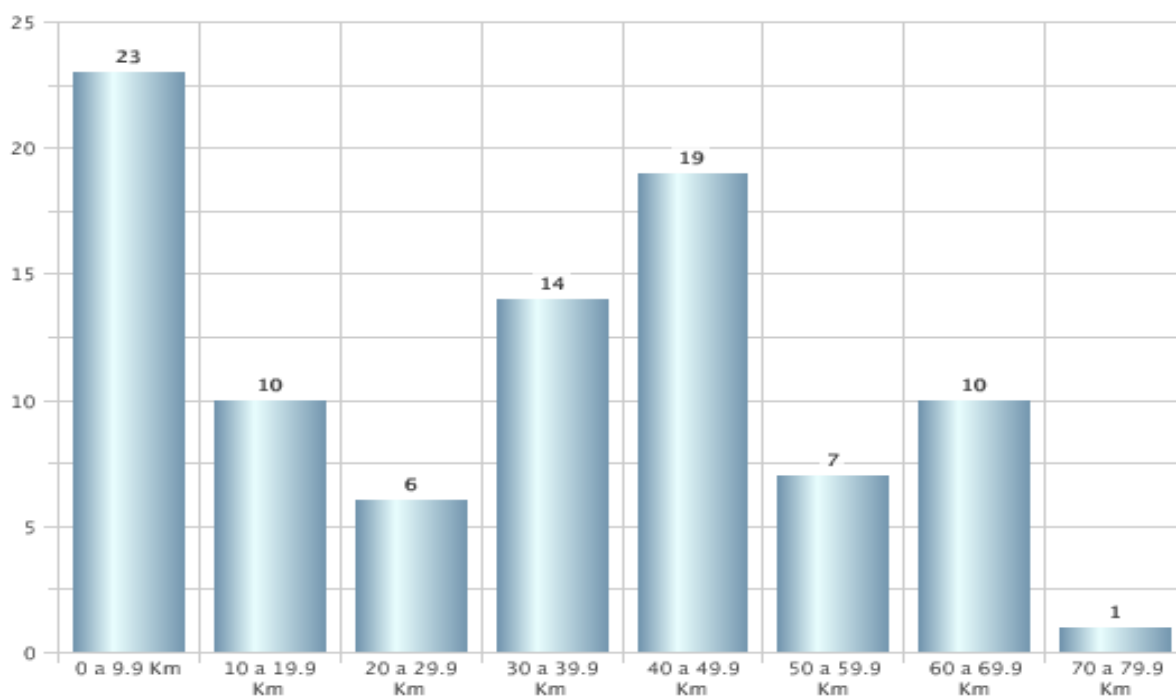
Gráfico VII - Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 15 km) – 2013 **PARAÍSO** (BR-153)Gráfico VIII - Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 15 km) – 2013 **GUARAÍ** (BR-153)

Gráfico IX - Acidentes por Unid. Operacional (intervalo de 15 km) – 2013 **ARAGUAÍNA** (BR-153)Gráfico X - Acidentes por Unidade Operacional (intervalo de 10 km) – 2013 **PALMEIRAS** (BR-226)

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Tabela X – Procedimentos Operacionais Realizados entre 2009 e 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Total de veículos fiscalizados	71355	59.527	54.225	54.566	90.436
Total de AI's extraídos	17211	19.256	21.829	18.204	23.740
CNH's recolhidas	156	253	214	339	537
Veículos recuperados	51	31	28	36	35
Autos ANTT extraídos	773	667	609	552	186

APREENSÃO DE DROGAS

Tabela XI – Apreensão de Drogas Realizadas entre 2009 e 2013

Drogas	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Cocaína	grama	49100	64.669	58.016	75.673	201.424
Maconha	grama	356	21.823	104.645	740.044	919.603
Crack	grama	20000	3.536	8.680	31.806	1.208

APREENSÃO DE CONTRABANDO / DESCAMINHO

Tabela XII – Apreensão de Contrabando / Descaminho Realizadas entre 2009 e 2013

Contrabando	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Bebida	litro	0	9	18.000	75	371
Cigarro	pacotes	0	733	4.468	3.300	0
Eq. de informática / eletrônicos	unid.	593	15.278	0	2.565	0
CDs/DVDs	unid.	0	1.000	3.000	25.502	0
Medicamentos	Unid.	9279	50.000	6.748	42.500	0
Outros	unid.	2000	30.679	67.942	44.593	15.430

ARMAMENTO

Tabela XIII – Apreensão de Armamento Realizadas entre 2009 e 2013

Armamento	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
De fogo	unid.	8	11	8	8	14
Branças	unid.	1	2	2	1	3
Munições	unid.	156	1.285	303	23	533

PESSOAS

Tabela XIV – Apreensão de Pessoas Realizadas entre 2009 e 2013

Pessoas	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoas detidas	403	372	278	297	403
Menores recolhidos	24	19	12	15	12

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Tabela XV – Fiscalização Ambiental Realizadas entre 2009 e 2013

Produto	Unidade	2009	2010	2011	2012	2013
Pescado	kg	1160	401	441	197	259
Madeira	m ³	1192	1.075	951	507	1.571
Carvão	m ³	3	0	0	100	0
Animais silvestres	unid.	23	14	0	1	4

Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

A Polícia Rodoviária Federal, por força dos dispositivos legais (Lei nº 9.503/97, art 20, inciso IV e Decreto nº 1655/95, art 1º, inciso IV), inseriu-se definitivamente como órgão prestador de socorro em casos de acidentes nas rodovias e estradas federais. A manutenção e preservação da vida humana é prioridade para a instituição.

Devido às características das rodovias no Estado (grandes retas), os acidentes geralmente acontecem com veículos trafegando em alta velocidade, o que acaba por ocasionar lesões de maior gravidade nos envolvidos. Por isso, as condições de atendimento devem ser otimizadas para diminuir o tempo entre a hora do acidente e a chegada no local da equipe de resgate, pois cada minuto de espera pode diminuir as chances de sobrevivência de uma vítima.

Devido à menor complexidade do Distrito Regional em relação à Superintendência Regional, as funções que seriam do Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária são exercidas pelo Núcleo de Policiamento e Fiscalização.

Palestras educativas

Durante o ano de 2013, foram ministradas em escolas/instituições de ensino e em empresas um total de 3.068 pessoas alcançadas nas palestras e Cinema Rodoviário.

Comissão Administrativa de Defesa de Autuação – CADA

A Comissão Administrativa de Defesa de Autuação do 2º DRPRF, designada pela Portaria nº 022, de 18/03/2011, publicada no Boletim de Serviço nº 12/2011, em 18/03/2011 e posteriormente pela portaria nº 58, de 15 de junho de 2011, vem executando seus trabalhos atualmente com 01 relator servidor do quadro da Polícia Rodoviária Federal em Palmas.

Sendo julgados 450 processos, movimentado via GMPDs 1.056 processos, sendo estes 410 GMPDs emitidas e 646 GMPDs recebidas no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Para 2014 as perspectivas são manter o ritmo de trabalho, mas devidos outras demandas que nos são atribuídas pretendemos manter os julgamentos dos processos para um intervalo não superior a 120 dias.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS JULGADOS

Tabela XVI - Quantitativo de Processos Julgados - CADA

2012				2013			
	Indeferido	Deferido	TOTAL		Indeferido	Deferido	TOTAL
Janeiro	86	5	91	Janeiro	24	6	30
Fevereiro	0	0	0	Fevereiro	55	5	60
Março	55	0	55	Março	51	0	51
Abril	48	2	50	Abril	0	0	0
Maiο	66	4	70	Maiο	48	2	50
Junho	58	18	76	Junho	50	3	53
Julho	46	4	50	Julho	0	0	0
Agosto	0	0	0	Agosto	55	5	60
Setembro	50	0	50	Setembro	0	0	0
Outubro	37	8	45	Outubro	52	0	52
Novembro	32	3	35	Novembro	46	4	50
Dezembro	30	0	30	Dezembro	40	4	44
TOTAL GERAL	508	44	552	TOTAL GERAL	421	29	450
	92,03%	7,97%	100,00%		93,56%	6,44%	100,00%

RELAÇÃO DE PROCESSOS PELO SISTEMA DE PROTOCOLO

Tabela XVII - Quantitativo de Processos Protocolados - CADA

PROCESSOS	QUANTIDADE
Recebidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	646
Emitidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	410

RELATÓRIO DE GESTÃO – CADA/PP - 2013

A Comissão Administrativa de Defesa de Autuação de Produtos Perigosos – CADA/PP, do 2º DRPRF/TO, designada pela Portaria nº 26, do Senhor Chefe do 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal no Tocantins, de 16 de abril de 2010, vem executando seus trabalhos atualmente com 02 (dois) servidores pertencentes ao quadro da Polícia Rodoviária Federal do 2ºDRPRF/TO.

A CADA/PP, no ano de 2013 recebeu 2601 processos e movimentou 2061 processos por meio de GMPDs no período de 02/01/2013 a 31/12/2013, julgou 52 processos. Ressalvando que todos os procedimentos da CADA/PP são feitos manualmente, sendo que cada Auto de Infração gera um processo, e conseqüentemente, desta forma é feito o termo de homologação, a notificação de autuação, a notificação de penalidade, a GRU, bem como o envio pelos Correios e análise de pagamento das GRUs, pois até o presente momento o DPRF não criou um sistema informatizado para gerenciamento destes processos.

Apresenta uma perspectiva otimista para o ano de 2014, apesar das dificuldades enfrentadas pela falta de sistema informatizado, mantendo o ritmo de trabalho e julgamento dos processos com um intervalo em torno de 30 dias.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS JULGADOS

2013			
	Indeferido	Deferido	TOTAL
Janeiro	0	0	0
Fevereiro	0	0	0
Março	0	0	0
Abril	0	0	0
Maio	0	0	0
Junho	0	0	0
Julho	0	0	0
Agosto	0	0	0
Setembro	0	0	0
Outubro	52	0	52
Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
TOTAL GERAL	52	0	52
	100,00%	0,00%	100,00%

RELAÇÃO DE PROCESSOS PELO SISTEMA DE PROTOCOLO

PROCESSOS	QUANTIDADE
Recebidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	2601
Emitidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	2061

RELATÓRIO DE GESTÃO – JARI - 2013

A Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI, do 2º DRPRF/TO, criada por meio da Portaria nº 1.083, de 27 de setembro de 2006, do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, publicada no D.O.U de 28/09/2006, e atualmente reconduzida por meio da Portaria nº 52, de 20 de março de 2012, do Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, publicada no D.O.U de 26/03/2012, vem atuando com 03 (três) membros, sendo que destes apenas um faz parte do corpo da Polícia Rodoviária Federal, e os demais representam entidades governamentais e sindicais.

A JARI teve uma evolução satisfatória no desempenho de suas atividades, com redução significativa dos processos que estavam sob a sua guarda no ano de 2012. Em 2013 recebeu 389 processos e movimentou 208 processos por meio de GMPDs no período de 02/01/2013 a 31/12/2013, julgou 199 processos. Apresenta uma perspectiva otimista para o ano de 2014 sem represamento de processos e julgamentos dos recursos de multas em torno de 30 dias.

Tabela XVIII - QUANTITATIVO DE PROCESSOS JULGADOS

2012				2013			
	Indeferido	Deferido	TOTAL		Indeferido	Deferido	TOTAL
Janeiro	0	0	0	Janeiro	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	Fevereiro	0	0	0
Março	0	0	0	Março	0	0	0
Abril	171	10	181	Abril	0	0	0
Maiο	0	0	0	Maiο	0	0	0
Junho	0	0	0	Junho	0	0	0
Julho	0	0	0	Julho	0	0	0
Agosto	167	14	181	Agosto	191	8	199
Setembro	0	0	0	Setembro	0	0	0
Outubro	0	0	0	Outubro	0	0	0
Novembro	0	0	0	Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0	Dezembro	0	0	0
TOTAL GERAL	338	24	362	TOTAL GERAL	191	8	199
	93,37%	6,63%	100,00%		95,98%	4,02%	100,00%

Tabela XIX- RELAÇÃO DE PROCESSOS PELO SISTEMA DE PROTOCOLO

	PROCESSOS	QUANTIDADE
01	Processos recebidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	389
02	Processos emitidos por GMPDs – Período: 02/01/2013 a 31/12/2013	208

INDICADORES

Tabela XX - Indicadores

	Descrição:	Forma de Calculo:
1	Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2	Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3	Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4	Pessoas Detidas	Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5	Veículos Recuperados	Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.

6	Quadro de Apreensões de Drogas, Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração.
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Não se aplica

2.2.1 Programa Temático

Não se aplica

2.2.2 Objetivo

Não se aplica

2.2.2.1 Análise Situacional

Não se aplica

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação		
Código	200G Tipo: Atividade	
Título	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal	
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas. Código: 03E1	
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830	
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	133.560,00	0,00	0,00	0,00	133.560,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
133.560,00	42.553,90	---				

Identificação da Ação						
Código	201C Tipo: Atividade					
Título	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON					
Iniciativa	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões. Código: 03DO					
Objetivo	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório. Código: 0825					
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	25.824,18	23.529,18	23.529,18	---	2.295,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.295,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	2723 Tipo: Atividade					
Título	Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.					
Iniciativa	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro. Código: 03EH					

Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. Código: 0833					
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	851.447,54	609.632,97	609.632,97		241.814,57
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Redução de acidentes		Proporção	14,,552		14,122	
Redução de mortalidade		Proporção	1,379		1,169	
Procedimento realizado		Unidade	80,400		90,436	
Procedimento realizado		Unidade	21.696		21753	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
264.629,44	48.504,52	7,32				
Identificação da Ação						
Código	8698 Tipo: Atividade					
Título	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas. Código: 03E1					
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830					
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	71.127,03	46.153,42	46.153,42		24.973,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

1/1/2013				medida	
60.997,82	6.706,71	0,00			

Identificação da Ação						
Código	2000 Tipo: Atividade					
Título	Administração da Unidade					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça. Código: 2112					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	1.421.963,38	1.265.202,58	1.265.202,58		156.760,80
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
163.730,28	116.898,23	0,00				

Identificação da Ação						
Código	2004 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça. Código: 2112					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	1.470,00	1.470,00	1.470,00		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
---	---	---				

Identificação da Ação	
Código	7U23 Tipo: Atividade

Título	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS					
Iniciativa	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos. Código: 0832					
Objetivo	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014. Código: 03EE					
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	164.414,30	164.414,30	164.414,30		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
---	---	---				
Identificação da Ação						
Código	20UB Tipo: Atividade					
Título	Realização da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor, da execução permanente da fiscalização da prestação do serviço delegado, de serviços regulares e serviços especiais de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, além de coibir o transporte irregular, aplicando autuações e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados, e do transporte rodoviário de carga, aplicando autuações por descumprimento à legislação quanto ao excesso de peso, nas rodovias federais concedidas, vale pedágio obrigatório, transporte rodoviário internacional de cargas e ao registro nacional do transportador rodoviário de cargas. Essas medidas tem o objetivo de garantir a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e de cargas.					
Iniciativa	Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário. Código: 00WD					
Objetivo	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua. Código: 0280					
Programa	Transporte Rodoviário. Código: 2075					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	55.791,56	0,00	0,00	---	55.791,56
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		

			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
55.791,56	---	---			

Identificação da Ação	
Código	14VN Tipo: Atividade
Título	Apoio à modernização das forças de segurança pública e de defesa do território e patrimônio nacionais, e da infraestrutura de espaços públicos, por meio de aquisição de equipamentos, uso de tecnologia, realização de cursos para os profissionais que atuarão nos grandes eventos, implantação de centros de operações e melhoria de espaços públicos. Além disso, coordenação e supervisão, estimulando a integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais.
Iniciativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Código: 47101
Objetivo	Aquisição de 12 Kits Antibomba Tipo 2; aquisição de 12 Unidades de Delegacias Móvel; Aquisição de unidades de Perícia Móvel; Aquisição de Tecnologia Não Letal; Aquisição de SCANNER's ; Aquisição material de Campanha; aquisição de 12 Lanchas de Alumínio; além de aquisições diversas de acordo com as atribuições constitucional de cada força policial; Qualificar os operadores de segurança pública, com ênfase à segurança com cidadania para os Grandes Eventos; - Aquisição de unidades móvel de resgate (equipadas); - Implantação de 2 Centros Nacionais, 11 Centros Regionais e 27 Centros Móveis nas cidades sedes dos jogos da COPA 2014, dotados de sistemas diversos, equipamentos de Tecnologia da Informação e software de integração de Telecomunicações. - Dotação de recursos para organizações militares que promovem as atividades de apoio à realização dos Jogos Mundiais da FIFA – COPA 2014 e da Copa das Confederações.
Programa	2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	105.190,73	105.190,73	105.190,73	---	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
---	---	---				

Identificação da Ação	
Código	8785 Tipo: Atividade
Título	Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços

	administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.					
Iniciativa	2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes. Tipo: Atividade					
Objetivo	2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes. Tipo: Atividade					
Programa	2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes. Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
---	---	11.154,38	11.154,38	11.154,38	---	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
---	---	---				

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20UD - Prevenção à Violência e à Criminalidade. Tipo: Atividade
Descrição	Instalação de equipamentos de videomonitoramento, aquisição de veículos, motocicletas e mobiliário, realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo, aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas, estabelecimento da articulação entre os entes da Federação e Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIPs) de forma a apoiar a implementação de projetos de formação cidadã e garantir recursos para a execução das diversas iniciativas de prevenção, dentre elas recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos (Praça da Juventude), Viva Voz (Programa de Atendimento Cidadão), construção de Unidades do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo –SINASE, Brasil Alfabetizado, Projovem Prisional, ProEja Prisional, formação de educadores para Proeja Prisional, Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, implementação de cursos preparatórios/Enem/Sistema Prisional, Programa de Saúde da Família (PSF), elaboração do diagnóstico e apoio à implementação de projetos de Economia Solidária para famílias do território PRONASCI, assistência jurídica ao preso e familiares pela Defensoria Pública, Brasil Alfabetizado nas Prisões, ProEja, implementação de cursos preparatórios para o ENEM, biblioteca, instalação e modernização de espaços culturais (Pontos de Cultura), Pontos de Leitura, Museus, Telecentros para Inclusão Digital, Esporte e

	Lazer na Cidade (PELC) e implantação de Museus Comunitários, implantação dos núcleos de polícia comunitária, elaboração e implantação dos planos municipais de Segurança Pública, formação e aperfeiçoamento dos profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos, desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, Corte do Fluxo Financeiro do Crime Organizado, Estruturação com equipamentos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Canal Comunidade, Monitoramento Cidadão, Geração Consciente, Formação de Núcleos de Justiça Comunitária, capacitação para conselheiros municipais, implantação de núcleos de justiça comunitária, implantação de núcleos nas Defensorias Públicas, Espaços Urbanos Seguros, Mulheres da Paz, Protejo, Reservista Cidadão, formação de redes juvenis, desenvolvimento de mecanismos de informação juvenil, elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência, efetivação da Lei Maria da Penha e Pacificar. Visando ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal						
Iniciativa	Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.						
Objetivo	Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.						
Programa	Segurança Pública com Cidadania. Código: 2070						
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0017 - Tocantins	---	---	0,00	0,00	0,00	---	---
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
---	---	---	---				

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS –**Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação	
Código	8623 Tipo: Atividade
Título	Reforma e Modernização de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas. Código: 03E1
Objetivo	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Código: 0830
Programa	Segurança Pública com Cidadania Código: 2070
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
153.599,43	---	---			

Identificação da Ação

Código	8698 Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Programa	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal Código: 1386
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
96.966,16	41.938,67	-19.003,28			

Identificação da Ação

Código	2723 Tipo: Atividade
Título	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.
Programa	Segurança pública nas Rodovias Federais Código: 0663
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
116.385,54	84.714,01	-8.856,66			

Identificação da Ação					
Código	2346 Tipo: Atividade				
Título	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.				
Programa	Transporte Rodoviário Código: 2075				
Unidade Orçamentária	39250 – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.623,92	11.623,92	---			

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS EM 2013)

2.2.3.5 Análise Situacional

AÇÃO 200G - realizamos no exercício de 2013 certame para conclusão das reformas dos UO de Guaraí e Palmeiras do Tocantins. Findas no primeiro semestre de 2014.

AÇÃO 2723 - O 2º DRPRF não possui meta específica para esta Ação, mas os valores foram gastos com diárias e passagens em operações de combate a criminalidade, uma delas de grande importância para PRF que é Operação Sentinela, que está de acordo com uma das Metas da Ação que é “Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais.”

Outros gastos desta ação também foram realizadas para capacitação do efetivo do 2º DRPRF, esta realizada também de acordo com uma das Metas desta ação que é a “Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras.”

As metas desta ação são definidas pelo DPRF e executados pelo 2º DRPRF, conforme a seguir:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 14,552 acidentes por 1.000.000 veículos (Portarias 04/2011 e 28/2011-DPRF) – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 14,122/1.000.000;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,379 mortos por 1.000.000 veículos (Portarias 01/2013) – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 1,169/1.000.000;
- aumentar as fiscalizações através das abordagens em veículos para o cumprimento das metas de Procedimentos de Fiscalização – Meta 80.400 – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 90.436;
- aumentar as fiscalizações através do uso de etilômetro para o cumprimento das metas de Procedimentos de Fiscalização – Meta 21.696 – RESULTADO ATINGIDO EM 2013: 21.753;

O cumprimento das metas, quanto a redução de acidentes, havia uma meta teto de 14,552 acidentes por 1.000.000. Não sendo alcançada, ficando em 14,122, valor próximo do desejado.

Os eventuais problemas de execução foram causados principalmente pela falta de efetivo, sendo um dos fatores preponderante, mas mesmo assim não impediu que fossem alcançadas as metas. Existem ainda outros fatores que seriam contribuintes para um desempenho ruim, como a rotatividade dos servidores, com a chegada de novos servidores, adquirindo experiência e necessitando de um período de ambientação. Também as más condições das rodovias elevam os números de acidentes. Mesmo com vários fatores negativos, a redução de acidentes e mortes, está diretamente ligado ao aumento da fiscalização, principalmente teste de alcoolemia, procedimentos estes que aumentaram também devido ao aumento do efetivo.

AÇÃO 8698 - O 2º DRPRF não possui meta específica para esta Ação, mas os valores foram gastos com o pagamento dos contratos continuados de links de dados, telefonia fixa, telefonia móvel, contratação de manutenção da infraestrutura de TIC. Também foram feitas aquisições de equipamentos de informática através de Registros de Preços realizados pelo DPRF ou outras UJ..

AÇÃO 2000 - O 2º DRPRF não possui meta específica para esta Ação, os valores gastos nesta ação foram utilizados principalmente para manutenção e conservação das unidades, contratos de limpeza, vigilância e serviços de apoio administrativo, gastos relativos ao funcionamento do órgão, como materiais de consumo diário, energia elétrica, fornecimento de água, aluguel de imóvel, e serviços de correio.

Esta ação apesar de ter Meta é de vital importância para funcionamento do 2º DRPRF, pois todos gastos feitos para manter a máquina administrativa é realizado por meio desta.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Sem comentário.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3.1 Estrutura de Governança

Observamos não haver na estrutura organizacional do 2º DRPRF/TO ou do DPRF unidade de auditoria, conselhos, comitês de avaliação ou órgão similar. Encontramos apenas no Ministério da Justiça, a quem estamos vinculados, a figura do Assessor Especial de Controle Interno.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Assessoria Especial de Controle
Interno

DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODOVIÁRIA
FEDERAL

2º DISTRITO DE POLÍCIA
RODOVIÁRIA FEDERAL

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
<p>A análise das informações do item 03 deste RG não diferem das prestadas no Relatório de Gestão de 2012, pois por força Regimental esta UJ não possui em sua estrutura Área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno.</p> <p>Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU.</p> <p>Cabe ressaltar que a alta Administração do DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação Regimental do DPRF, processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p> <p>Quanto ao código de conduta, informamos que o DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF.</p> <p>Os controles administrativos do DPRF quanto aos aspectos: Ambiente de controle; Avaliação de risco; Procedimentos de controle; Informação/comunicação; e Monitoramento, encontram-se detalhados nos itens nº 8.1 a 8.2 .</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal –

Não se aplica

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Não se aplica

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Não se aplica

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica

3.4 Sistema de Correição

O 2º DRPRF possui em sua estrutura regimental uma unidade de correição, denominada Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos, cujas atribuições estão previstas no artigo 100, da Portaria nº 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007, publicada no D.O.U. De 06/08/2007.

Como atualmente existem apenas dois servidores lotados na Corregedoria, a composição das comissões disciplinares é feita mediante a designação de servidores lotados em outras áreas, os quais desenvolvem os trabalhos de apuração concomitantemente com as demais atribuições diárias, o que nem sempre permite uma maior celeridade nas apurações.

Mas apesar destas dificuldades, a unidade tem conseguido dar continuidade nas apurações, de forma a observar os prazos prescricionais e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

O AGS – Acompanhamento Gerencial do Serviço, tem sido uma importante ferramenta para prevenção de desvios funcionais, sendo realizado nos períodos das principais operações desencadeadas pela PRF, está voltado também para garantir que as diretrizes estabelecidas nos planejamentos operacionais sejam observadas e a missão tenha o sucesso esperado.

Houve também uma capacitação para atuação de servidores nas atividades de análise processual e atuação em procedimentos disciplinares avançados, promovida pela Corregedoria-Geral do DPRF, na qual participaram os servidores lotados na Corregedoria Regional.

A utilização de procedimentos preliminares como a Sindicância Investigativa e a Instrução Preliminar têm sido importantes ferramentas para aprimorar a atuação correicional, na medida em que é possível solucionar boa parte das demandas apresentadas, mediante procedimentos mais céleres e sem a necessidade da instauração de PAD, sobretudo em situações de menor gravidade.

No período foi observado um crescimento nas entradas de processos na unidade, sendo que boa parte destas entradas se deu por meio do Portal Ouvidoria da PRF e também da Ouvidoria do Ministério da Justiça.

A Ouvidoria é uma importante ferramenta disponibilizada ao cidadão para que, dentre outras finalidades, possa fazer reclamações sobre a conduta dos policiais durante a atividade de fiscalização, as quais investigadas e algumas vezes são repassadas para que o servidor apresente esclarecimentos, e conforme o caso, instaura-se o respectivo procedimento disciplinar.

A maior parte das reclamações enviadas pela ouvidoria denotam a insatisfação do cidadão com as multas e demais medidas administrativas aplicadas, geradas mais pelo descontentamento com a atividade fiscalizatória do que propriamente por constituir algum desvio de conduta, de forma que resultam em arquivamento preliminar.

Uma reflexão se faz quanto a oficialização do encaminhamento de denúncias anônimas por meio das ouvidorias, pois no decorrer das apurações, chega-se à conclusão de que muitas destas reclamações são destinadas a afetar intencionalmente a honra e a dignidade de servidores que trabalham corretamente. Em determinados casos se verifica até mesmo indícios da prática de crime de denunciação caluniosa, entretanto, por não haver meios de identificar a autoria da denuncia, tais crimes ficam impunes.

Note-se que a ação penal no caso de denunciação caluniosa é pública incondicionada, de forma que existe um conflito entre os atuais sistemas de Ouvidoria com a ordem constitucional, uma vez que permite que pessoas se valham do anonimato para cometer este tipo de crime, fomentando indevidamente a abertura de investigações administrativas.

De um modo geral, mesmo diante das dificuldades de efetivo, as atividades de Corregedoria estão sendo desenvolvidas à contento na unidade, sendo que no ano de 2013, ocorreu uma demissão por abandono de cargo, bem como foram concluídos outros dois processos de natureza grave, os quais se encontram atualmente na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, aguardando julgamento.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No tocante aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU, todos os procedimentos instaurados no exercício de 2013 foram devidamente cadastrados e se encontram atualizados no sistema CGU-PAD.

Foi realizado o cadastramento dos processos antigos, ou seja, aqueles instaurados anteriormente à implantação do sistema CGU-PAD, sendo que todo o acervo processual da unidade consta do referido sistema.

Encontramos dificuldade na atualização de algumas fases processuais, no caso de processos encaminhado para julgamento em outras unidades, sobretudo quando ocorre a anulação administrativa ou mesmo o julgamento do processo com aplicação de penalidade, pois verificamos que o cadastro no CGU/PAD não é atualizado pelo instância que praticou o respectivo ato administrativo.

Observado este problema, passamos a criar rotinas de triagem para garantir que quando o processo retorne à unidade, seja atualizado no sistema CGU/PAD, independentemente da instância que tenha praticado o ato administrativo correspondente.

Tabela XXI: Atividades Disciplinares

Causa do ato de Correição	2012	2013
Cadastrados CGU-PAD	3	3
Processos Pendentes	7	11
Processos novos (autuações)	8	10
Instaurados	4	2
Encerrados (Instaurados ou não)	13	6
Absolvições	5	5
Advertências	2	0
Suspensões	3	0
Demissões/Cassação de Aposentadoria	0	1
Servidores Afastados	0	0
Notas de culpa	0	0
Encontros de Corregedoria	1	1
Operações de Corregedoria	0	0
Prisões de servidores	0	0
Prisões por corrupção ativa	0	0
Curso de PAD	1	1
Curso de Investigação Correicional	0	0
Orçamento	R\$ 8.390,81	R\$ 14.509,56

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Tendo em vista não haver setor específico para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança adotado pela unidade jurisdicionada (UJ), não foram criados indicadores.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação –

Não se aplica – UJ NÃO É UO

4.1.1.1 Análise Crítica

Não se aplica UJ NÃO É UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Os Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2, denominados **Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa e Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**, respectivamente, compreendem o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão) e **deve ser preenchido por todas as UJ**. Caso os quadros ocupem mais de uma página do relatório devem ser colocados em anexo, com a devida referência no texto.

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	200109	---	30107 - 06122211220000001	---	---	1.399.635,93
			30107 - 061812070200G0001	---	---	133.560,00
			30107 - 06181207020IC0001	---	---	23.529,18
			30107 - 06181207027230001	---	---	712.757,55
			30107 - 06181207086980001	---	---	71.127,03
			30107 - 06301211220040001	---	---	1.470,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	200109	---	30107 - 06122211220000001	22.328,09	---	---
			30107 - 06181207020IC0001	2.295,00	---	---
			30107 - 06181207027230001	138.689,99	---	---
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	---	---	---	---	---
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	---	---	---	---	---

4.1.3 Realização da Despesa

Não se aplica

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total –

Não se aplica – UJ NÃO É UO

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica – US NÃO É UO

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Não se aplica – UJ NÃO É UO

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - NAF**QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.148.361,75	1.063.782,71	1.148.361,75	866.198,35
a) Convite	---	---	---	---
b) Tomada de Preços	---	---	---	---
c) Concorrência	---	---	---	---
d) Pregão	1.148.361,75	1.063.782,71	1.148.361,75	866.198,35
e) Concurso	---	---	---	---
f) Consulta	---	---	---	---
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	---	---	---	---
2. Contratações Diretas (h+i)	323.885,14	370.987,01	323.885,14	304.021,05
h) Dispensa	248.610,36	294.233,14	248.610,36	258.135,66
i) Inexigibilidade	75.274,78	76.753,87	75.274,78	45.885,39
3. Regime de Execução Especial	672,00	2.782,71	672,00	2.782,71
j) Suprimento de Fundos	672,00	2.782,71	672,00	2.782,71
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	397.772,51	374.992,02	397.772,51	374.992,02
k) Pagamento em Folha	---	---	---	---
l) Diárias	397.772,51	374.992,02	397.772,51	374.992,02
5. Outros	75.296,75	---	75.296,75	---
6. Total (1+2+3+4+5)	1.945.988,15	1.812.544,45	1.945.988,15	1.547.994,13

Fonte: Siafi Gerencial e Relatório de Gestão 2012

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
3. Outras Despesas Correntes								
08 - Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	11.092,44	---	11.092,44	---	---	---	11.092,44	---
14 - Diárias - Civil	397.684,01	362.278,12	397.684,01	362.278,12	---	---	397.684,01	362.278,12
30 - Material de Consumo	339.043,10	286.301,38	260.354,73	220.236,81	78.688,37	66.064,57	260.354,73	220.236,81
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	115.750,61	36.749,15	110.750,61	36.169,46	5.000,00	579,69	110.750,61	36.169,46
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	88,50	---	88,50	---	---	---	88,50	---
37 – Locação de Mão-de-obra	651.014,14	496.708,57	595.086,38	449.418,52	55.927,76	47.290,05	595.086,38	449.418,52
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	748.233,23	558.695,84	479.742,40	438.295,82	268.490,83	120.400,02	479.742,40	438.295,82
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	---	453,00	---	321,00	---	132,00	---	321,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	14.968,71	7.981,37	14.968,71	7.981,37	---	---	14.968,71	7.981,37
93 – Indenizações e Restituições	64.204,31	---	64.204,31	---	---	---	64.204,31	---
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
52 – Equipamento. e Material Permanente	163.313,08	42.224,99	12.016,06	12.141,00	151.297,02	30.083,99	12.016,06	12.141,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Dos valores descentralizados à PRF, ao 2º DRPRF, foram descentralizados um total de **1.945.988,15** (um milhão novecentos e quarenta e cinco, novecentos e oitenta e oito reais e quinze centavos), considerando os destaques recebidos de outros órgãos, resultando em um acréscimo de 133.443,70 (Cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e setenta centavos).

Outro fator que pode ser considerado de grande impacto nas contratações desta UJ foi o número reduzido de servidores na área de contratações, e devido a sobrecarga de serviço aos servidores ali lotados, não foi possível a realização de licitações importantes para o 2º DRPRF, como aquisição de equipamentos para policiamento e fiscalização.

No valor recebido pelo 2º DRPRF no ano de 2013 incluem-se os créditos orçamentários recebidos por destaque, que contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgãos integrantes da Administração Pública Federal, em especial os do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando aperfeiçoar seus resultados operacionais.

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

O valor total dos destaques recebidos de outros órgãos, alcançou o total de R\$ 55.791,56 (cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos), sendo executado o valor total. A descentralização veio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme abaixo:

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Valor descentralizado: R\$ 55.791,56

Despesa empenhada: R\$ 55.791,56

As descentralizações decorrentes do convênio entre o DPRF e a ANTT alcançaram o montante de R\$ 55.791,56, que foram empregados na realização de aquisição de materiais para manutenção de viaturas, bem como Equipamentos de Proteção Individual (Protetores Solar) para Policiais de área fim.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica A UG

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	264.550,32	198.741,76	---	65.808,56
2011	233.195,59	34.521,90	198.673,69	---
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	---	---	---	---
2011	---	---	---	---

4.3.1 Análise Crítica

Os empenhos que permaneceram inscritos em restos a pagar não processados de 2011, foram bloqueados pela Contabilidade/MJ, conforme NS 2013NS000463 e 464. Os valores referentes ao exercício de 2012 estão sendo analisados pela Administração, para definição do que será executado, conforme previsto no Art.35 item II do Decreto nº 93.872/86.

O 2º DRPRF tem envidado esforços para que os empenhos sejam liquidados dentro do exercício, e assim evite-se a sua inscrição em restos a pagar, mas em sua grande maioria estes foram inscritos devido ao fato das empresas contratadas não conseguirem cumprir suas obrigações dentro do exercício corrente, restando assim obrigações para com a União.

Apesar dos valores inscritos em restos a pagar, o seu impacto tem sido minimizado através da gestão destes valores, e sua quitação de forma gradativa durante o exercício seguinte, conforme a administração vai requerendo dos contratados a cumprimento das obrigações assumidas, assim não há impacto significativo nas finanças desta UJ, a administração consegue lograr os resultados pretendidos durante a contratação.

Há que se considerar que existem restos a pagar que são inevitáveis, como gastos de manutenção da estrutura administrativa ocorridos no mês de dezembro, e este pode ser considerado um dos pontos positivos dos restos a pagar, que servem para impedir que a máquina venha a parar nos finais de exercício. E como maior ponto negativo pode-se considerar o fato dos valores dos restos a pagar não serem utilizados no exercício e ainda causarem impacto exercício posterior.

A análise crítica sobre a gestão dos Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores deve considerar, sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequadas desenvolver, os seguintes aspectos:

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

- As razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência do empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009- TCU- Plenário;
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

4.4 Transferências de Recursos

NÃO HOUVE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não se aplica

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não se aplica

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não se aplica

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não se aplica

4.4.5 Análise Crítica

Não se aplica

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

O **Quadro A.4.5.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado e contempla a despesa consolidada com suprimento de fundos realizada com a utilização da Conta Tipo “B” e do cartão de crédito corporativo, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas nas seguintes colunas, a saber: exercícios; Conta Tipo “B”, subdividindo-se em quantidade e valor; CPF/G Saque, subdividindo-se em quantidade e valor; Fatura, também se subdividindo em quantidade e valor; e, por fim, Total. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição a seguir.

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0,00	0,00	2	280,00	4	392,00	672,00
2012	0,00	0,00	1	1.840,00	3	956,71	2.782,71
2011	0,00	0,00	1	330,00	5	1.103,54	1.433,54

Fonte SIAFI

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve utilização de CONTA TIPO B no exercício

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)**QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	200139		Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura			
MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA FERREIRA	610.919.521-91	4.000,00	280,00	392,00	672,00		
Total Utilizado pela UG			280,00	392,00	672,00		

Fonte: SIAFI

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos**QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)**

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	1	672,00	2	2.781,71	4	1.433,54

Fonte: SIAFI/RG 2012

4.5.5 Análise Crítica

O 2º DRPRF tem ciência da excepcionalidade do uso suprimento de fundos, tanto que procurou limitar o seu uso, resultando em gasto menor que nos anos de 2011 e 2012.

Como prevê a legislação estes gastos foram realizados para suprir necessidades emergenciais, que como tais poderiam causar maior prejuízo à administração pública, caso fossem realizadas com o um extenso processo licitatório.

Esta UJ também entende a necessidade do controle destes gastos, sendo que os mesmos são revisados e verificados por três pessoas distintas, sendo o Executor Financeiro, o Titular da Unidade Administrativa, e o Ordenador de Despesas, desta forma fica garantida a verificação de que os suprimentos de fundo foram utilizados em conformidade com legislação.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não se aplica

4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não se aplica

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

Não se aplica

4.6.2 Renúncias Tributárias

Não se aplica

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

Não se aplica

4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

Não se aplica

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Não se aplica

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Não se aplica

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Não se aplica

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica

4.6.2.8 Comunicações à RFB

Não se aplica

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica

4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Não se aplica

4.7 Gestão de Precatórios**NÃO APLICADO EM 2013****4.7.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta**

Não se aplica

4.7.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não se aplica

4.7.3 Análise Crítica

Não se aplica

5.1 Estrutura de pessoal da unidade**5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	96	96	14	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	----	----	----	----
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	96	96	14	0

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	96	96	14	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	----	----	----	----
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	----	----	----	----
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	----	----	----	----
2. Servidores com Contratos Temporários	----	----	----	----
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	----	----	----	----
4. Total de Servidores (1+2+3)	96	96	14	0

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	----
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	----
1.2. Exercício de Função de Confiança	----
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	----
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	----
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	----
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	----
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	----
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	----
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	09
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	07
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	----
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	----
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	----
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	03
4.1. Doença em Pessoa da Família	03
4.2. Capacitação	----
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	----
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	----
5.2. Serviço Militar	----
5.3. Atividade Política	----
5.4. Interesses Particulares	----
5.5. Mandato Classista	----
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	----
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho**Quadro A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	01	01	----	----
1.1. Cargos Natureza Especial	----	----	----	----
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	01	----	----
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	----	----	----	----
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	----	----	----	----
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	----	----	----	----
1.2.4. Sem Vínculo	----	----	----	----
1.2.5. Aposentados	----	----	----	----
2. Funções Gratificadas	04	04	----	----
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	----	----
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	----	----	----	----
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	----	----	----	----
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	05	05	----	----

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

O **Quadro A.5.1.2.2** a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Deve retratar a situação verificada em 31 de dezembro do exercício de referência.

Quadro A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	06	33	43	10	04
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	---	---	---	---	---
1.2. Servidores de Carreira	06	33	43	10	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---	---
2. Provimento de Cargo em Comissão	---	---	---	---	---
2.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	---	---	---	---	---
2.3. Funções Gratificadas	---	---	---	---	---
3. Totais (1+2)	06	33	43	10	04

Fonte:

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade**Quadro A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	---	---	---	---	23	73	---	---	---
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1.2. Servidores de Carreira	---	---	---	---	23	73	---	---	---
1.3. Servidores com Contratos Temporários	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2. Provimento de Cargo em Comissão	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2.1. Cargos de Natureza Especial	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	---	---	---	---	---	---	---	---	---
2.3. Funções Gratificadas	---	---	---	---	---	---	---	---	---
3. Totais (1+2)	---	---	---	---	23	73	---	---	---

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ deverá ser demonstrada por meio do **Quadro A.5.1.3** a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

Quadro A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2012	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão										
Exercícios	2013	17.122.056,62	2.177.833,49	342.461,91	433.013,71	330.805,41	8.519,12	7.749,51	3.531,50	20.425.971,27
	2012	15.270.731,87	1.866.153,85	330.267,34	328.234,62	201.944,41	36.449,52	1.337,24	5.095,44	18.040.214,29
	2011	15.412.481,35	1.166.883,36	374.537,55	335.100,45	202.797,70	95.742,72	---	3.847,52	17.388.592,95
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2012	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	123.795,16	9.928,17	2.921,30	1.561,00	3.800,21	---	---	---	142.005,84
	2012	163.988,26	---	23.158,08	2.696,02	3.035,00	---	---	782,38	197.611,74
	2011	47.238,86	---	15.981,67	---	1.824,00	458,00	---	---	65.502,53
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2012	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	2011	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	130.524,64	15.497,64	18.575,86	6.260,83	4.545,00	5.493,50	---	---	180.897,47
	2012	131.039,56	15.233,16	22.863,84	10.580,48	3.648,00	3.675,00	---	---	187.040,04
	2011	123.893,99	14.217,61	11.208,61	2.121,09	3.846,00	4.032,00	---	127,05	159.446,35
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	453.750,48	11.658,24	58.993,11	10.973,64	18.490,00	19.310,02	---	124,43	573.299,92
	2012	432.974,83	11.957,28	51.610,40	9.581,11	16.176,00	17.580,00	---	---	539.879,62
	2011	388.623,41	11.270,53	52.822,76	11.953,99	14.114,00	12.464,00	---	217,80	491.466,49

Fonte: DW SIAPE

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	48	---
1.1 Voluntária	46	---
1.2 Compulsória	01	---
1.3 Invalidez Permanente	01	---
1.4 Outras	---	---
2. Proporcional	02	---
2.1 Voluntária	01	---
2.2 Compulsória	---	---
2.3 Invalidez Permanente	01	---
2.4 Outras	---	---
3. Totais (1+2)	50	---

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.5.1.4.2** abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, devem ser informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

Quadro A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	05	02
1.1. Integral	05	02
1.2. Proporcional	00	---
2. Em Atividade	12	---
3. Total (1+2)	17	02

Fonte:

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos À Comunicação Ao Tribunal Por Intermédio Do Sisac

Quadro A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	14	14	14	14
Concessão de aposentadoria	---	02	---	01
Concessão de pensão civil	01	---	01	---
Concessão de pensão especial a ex-combatente	---	---	---	---
Concessão de reforma	---	---	---	---
Concessão de pensão militar	---	---	---	---
Alteração do fundamento legal de ato concessório	---	---	---	---
Totais	15	16	15	15

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	01	---	01	---
Cancelamento de concessão	01	---	01	---
Cancelamento de desligamento	---	---	---	---
Totais	02	---	02	---

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
	---	---	---	---
Admissão	---	12	02	
Concessão de aposentadoria	---	---	---	---
Concessão de pensão civil	---	01	---	---
Concessão de pensão especial a ex-combatente	---	---	---	---
Concessão de reforma	---	---	---	---
Concessão de pensão militar	---	---	---	---
Alteração do fundamento legal de ato concessório	---	---	---	---
Total	---	13	02	
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	01	---	---	---
Cancelamento de concessão	01	---	---	---
Cancelamento de desligamento	---	---	---	---
Total	02	---	---	---

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	---	---	---	---
Outros atos fora do SISAC (especificar)	---	---	---	---
Totais	---	---	---	---

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

São considerados Cargos, Empregos ou Funções Públicas todos aqueles exercidos na Administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, seja no regime estatutário ou no regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

A acumulação de cargos é permitida nos seguintes casos:

- 2 (dois) cargos de professor;

- 1 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico;
- 2 (dois) cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas;
- Mandato de Vereador, desde que haja compatibilidade de horário.

São considerados cargos técnicos ou científicos:

- Aqueles para cujo exercício seja indispensável a escolaridade completa em curso de nível superior;
 - Aqueles para cujo exercício seja indispensável a escolaridade de, no mínimo, nível médio, com atribuições características de "técnico". Exemplo: técnico de laboratório, técnico em contabilidade, sendo necessário, em todas as situações, analisar o cargo para verificar se é acumulável com cargo de professor.
- São considerados cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, aqueles cujas atribuições estejam voltadas exclusivamente para a área de saúde.

Deve-se verificar, sempre, a compatibilidade de horários, respeitando-se intervalos para repouso, alimentação e a distância a ser percorrida entre os locais de exercício dos cargos, empregos ou funções.

É proibida a utilização de licença para tratar de interesses particulares, ou outro afastamento semelhante em qualquer deles, uma vez que a situação de acumulação ilícita não está ligada ao exercício do cargo, emprego ou função, e sim à sua titularidade.

É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos legalmente acumuláveis, os eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei como de livre nomeação e exoneração;

A proibição acima descrita Não se aplica aos servidores inativos que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no Serviço Público, por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência dos servidores públicos, aplicando-se, em qualquer hipótese, o teto remuneratório estipulado constitucionalmente.

No âmbito do DPRF, o exercício da atividade de magistério por integrantes da carreira de Policial Rodoviário Federal está disciplinado através da Instrução Normativa DG/DPRF nº 07/08, da qual destacamos:

- Aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal é lícito o exercício da atividade de magistério, desde que não implique em acumulação de cargos públicos;
- Salvo em casos excepcionais, o requerimento para lecionar deverá ser formalizado no início de cada ano letivo, e o referente a seminários, conferências, palestras e semelhantes, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência em relação ao evento;
- A compatibilidade de horários é requisito fundamental para o exercício do magistério, que não poderá prejudicar o desempenho das atribuições policiais de qualquer natureza.

A orientação estabelecida pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília, é para que no ato da posse, o servidor preencha a declaração de não acumulação ou acumulação lícita.

Caso posteriormente o gestor tome conhecimento de alguma acumulação ilícita é feita comunicação ao NCAI – Núcleo de Correição de Assuntos Internos, para as providências de praxe.

Nos casos de acumulação ilegal, comprovada a boa-fé por meio de Processo Administrativo Disciplinar, o servidor poderá optar por um dos cargos, empregos ou funções.

Os casos de acumulação ilegal de cargos serão objeto de apuração, nos termos do art. 143, da Lei nº 8.112/90.

O controle de acumulação de cargos é feito também pela Auditoria de Recursos Humanos/SEH/MPOG, através do cruzamento dos dados do Sistema SIAPE com os dados constantes dos Sistemas de pagamento dos outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não chegou a conhecimento dessa unidade nenhum caso de acumulação de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

• Absenteísmo

Foram registrados, no âmbito do 2º DRPRF/DPRF, o total de 65 (sessenta e cinco) atestados médicos oriundos de 31 (trinta e um) servidores, durante o Exercício de 2013.

Foi apurado ainda que o maior motivo de apresentação de atestados por servidores deste 2º DRPRF deu-se por motivo de Licenças para tratamento da própria saúde e de pessoa da família, totalizando o quantitativo de 1.620 (mil seiscentos e vinte) dias de licença médica.

• Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não houve nenhum acidente de trabalho. Quanto a doenças ocupacionais, ainda não há indicadores para esse tipo de evento no âmbito do 2º DRPRF. Porém é realizado por esse Distrito o Patrulha da Saúde, que é uma das ações do PROSSERV – Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável, instituído pelo DPRF através da Instrução Normativa nº 20-DPRF/MJ, de 06 de agosto de 2003, que em suma visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade funcional.

• Rotatividade (*turnover*)

Tabela XXII- Rotatividade (*turnover*)

Ingresso	14
Remoções (entrada)	03
Remoções (saída)	09
Aposentadoria	00
Saída	01
TOTAL RESULTANTE	7 (saldo positivo)

• Educação Continuada

As atividades de capacitação realizadas no ano de 2013 tiveram como foco especialização dos servidores que desenvolvem atividade operacional, visando a multiplicação dos conhecimentos adquiridos, os cursos desenvolvidos pela Coordenação de Ensino, tem como foco a realização dos

grandes Eventos, Copa do Mundo e Olimpíadas Rio 2016. Além disso, os servidores da área meio foram capacitados nas áreas afim do ciclo de gestão e de pessoal, utilizando como principal ferramentas as Escolas de Governo.

Buscamos aumentar o número de capacitados e reduzir o custo por capacitado.

Plano Anual de Ensino – PAE

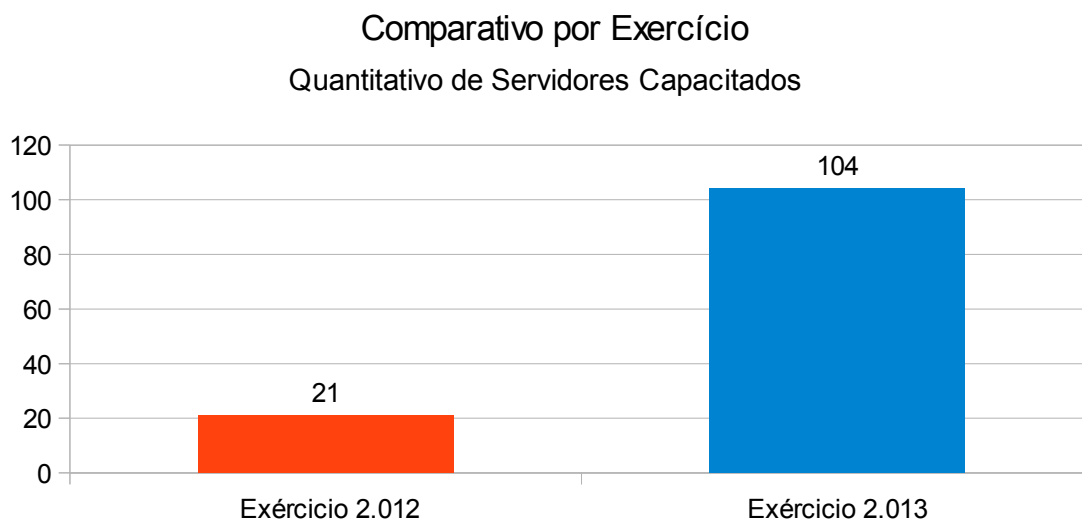
O Plano Anual de Ensino – PAE2013 elaborado pelo Núcleo de Administração de Pessoal foi elaborado com base nas demandas apresentadas pelos Núcleos do 2º DRPRF, tendo como prioridade as ações presenciais voltadas à capacitação dos policiais rodoviários federais para o desempenho da atividade fim do DPRF, respeitando as diretrizes emanadas da Coordenação de Ensino, que pugnou pelos cursos relacionados às tecnologias de menor potencial ofensivo, condução de veículos de emergência e armamento e tiro. Neste sentido, foram programados para o exercício 2013 os seguintes cursos: Atualização em armamento e Tiro – SMT .40 ,Curso Prático de Identificação Veicular – OTEVEIC e Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização e Transporte da da Polícia Rodoviária Federal, além de cursos pontuais voltados à área administrativa e do ciclo de gestão, como por exemplo a Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.

Embora a estrutura organizacional do 2º DRPRF e o efetivo reduzido no Núcleo de Administração de Pessoal (apenas 03 servidores) sejam fatores agravantes para a não execução de mais ações de capacitação, conseguimos aumentar o quantitativo de Servidores capacitados, e com significativa redução de custos.

Das ações de Ensino presencial

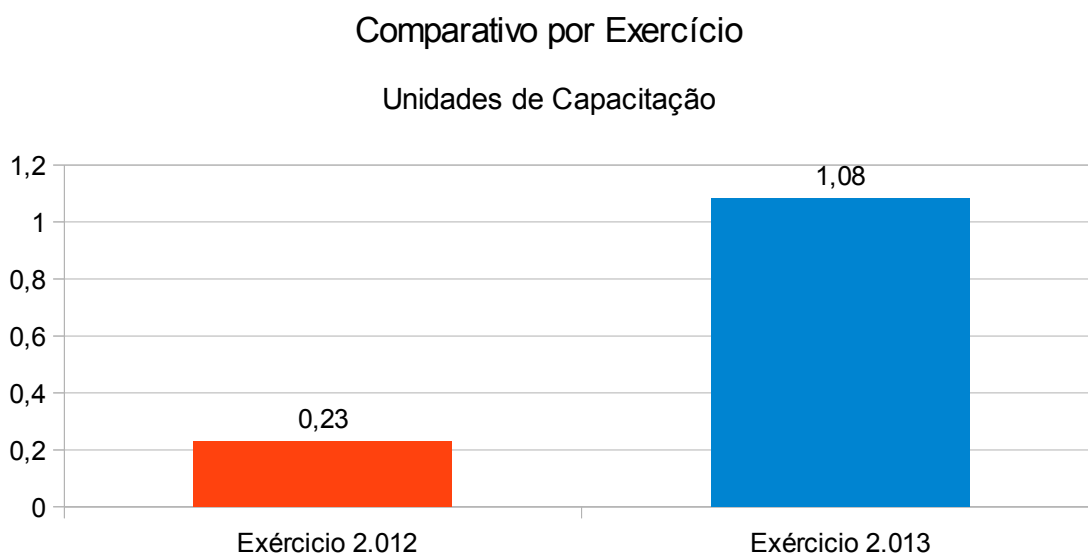
Em 2013 foram realizadas 21 (vinte e uma) ações de capacitação, atingindo um público total de 104 servidores efetivos do quadro do 2º DRPRF.

Gráfico – Comparativo por exercício de quantitativo de Servidores capacitados.



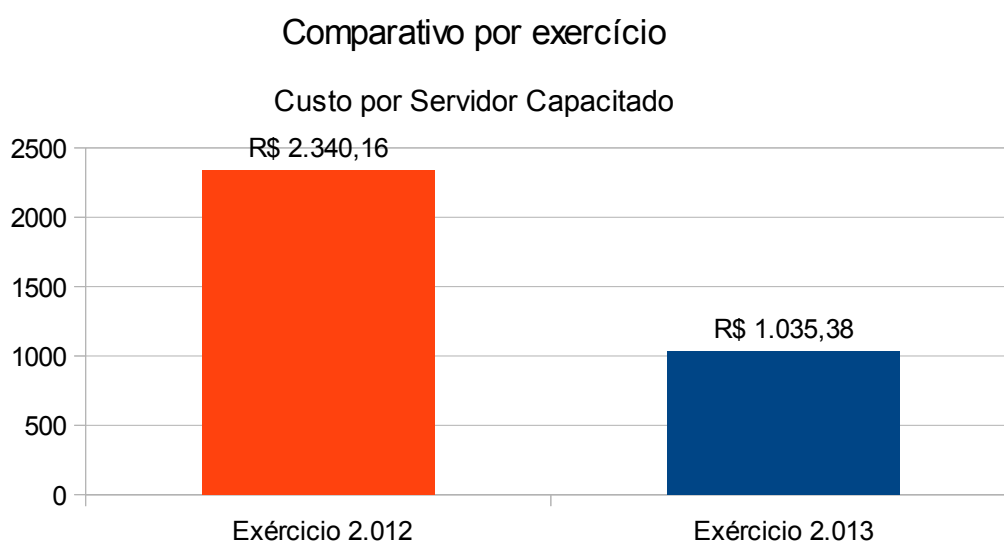
O produto resultante das ações de capacitação é medido em unidades de capacitação, ou seja, a quantidade de servidores que participam de eventos de capacitação com a frequência mínima e/ou obtendo resultado de aptidão. Dessa forma, para um efetivo médio de 89 servidores, alcançamos o índice de 1,08 unidades de capacitação por servidor no exercício de 2013, ante um índice de 0,23 no exercício 2012.

Gráfico – Comparativo por exercício de Unidade de capacitação



Obtivemos um acréscimo no índice, e ainda uma redução no custo por aluno, quem em 2012 foi da ordem de R\$ 2.340,16, e em 2013 foi de R\$ 1.035,38. Tal fato, foi por termos realizado o curso de Armamento e Tiro – SMT .40, em três cidades, Araguaína, Palmas e Gurupi, onde tivemos a redução nos custos e um aumento de servidores atendidos com a capacitação.

Gráfico – Comparativo por exercício de Custo por Servidor Capacitado



Finalizando, tivemos um aporte significativamente maior de recursos no setor de capacitação, que foi do valor de R\$ R\$ 49.143,39 em 2012, para R\$ 107.679,39, um aumento em termos percentuais da ordem de 119,11 %.

Gráfico – Comparativo por exercício de valores investidos

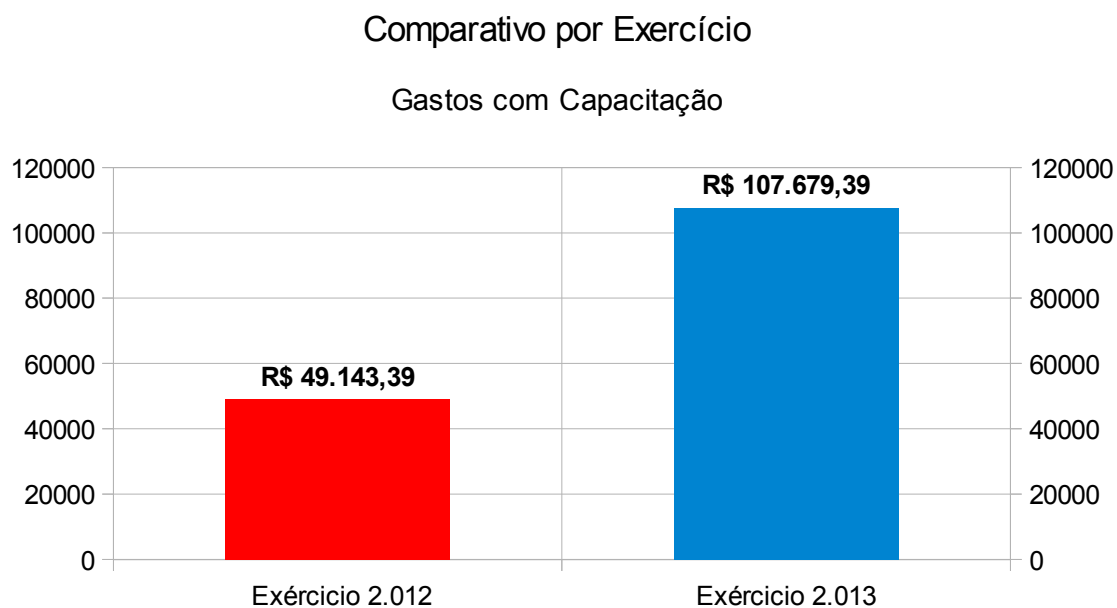


Tabela XXIII - Calendário de capacitações

Evento	Período	Carga horária	Servidores ADM	Servidores PRF	Total de servidores	Custos
Curso de Formação de Motociclistas Policial e Batedor - CFMBP/2013	25/04/2013 a 25/05/2013	*	0	3	3	R\$ 7.296,89
Workshop de Chefes do Núcleo de Orçamento e Finanças	12/03/2013 a 23/03/2013		0	1	1	R\$ 4.316,21
X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de contratações Públicas, Etapa Brasília	31/03/2013 a 06/04/2013	40h/a	0	1	1	R\$ 2.251,25
Curso de Formação de Instrutores - CFI/2013 Etapa I	01/05/2013 a 10/05/2013		0	1	1	R\$ 2.308,45
X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de contratações Públicas, Etapa Rio de Janeiro	09/06 a 15/06	40h/a	0	1	1	R\$ 2.339,70
X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de contratações Públicas, Etapa Salvador	07/07 a 13/07	40h/a	0	2	2	R\$ 7.313,48

X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de contratações Públicas, Etapa Belem	19/08 a 23/08	40h/a	0	2	2	R\$ 7.529,30
Workshop de Armamento e Tiro	01/09 a 07/09		0	1	1	R\$ 1.065,73
Curso de Aspectos da Análise dos Procedimentos Disciplinares – CAAPD	13/09/2013 a 21/09/2013	44h/a	0	1	1	R\$ 4.088,54
Curso de Armamento é Tiro - SMT .40 – Etapa Gurupi/TO	25/09/2013	8h/a	0	17	17	R\$ 1.726,62
Curso Avançado em Procedimento Disciplinares	27/9/2013 a 5/10/2013	40h/a	0	1	1	R\$ 6.153,59
Curso de Armamento é Tiro - SMT .40 – Etapa Araguaína/TO	1/10/2013 a 4/10/2013	8h/a	0	22	22	R\$ 2.084,34
Curso de Armamento é Tiro - SMT .40 – Etapa Palmas/to	7/10/2013 a 11/10/2013	8h/a	0	32	32	R\$ 3.605,10
Curso de Operação de Inteligência/2013	19/11/2013 a 8/12/2013	*	0	1	1	R\$ 4.134,54
Workshop Agentes de Telecomunicações	17/3/2013 a 29/3/2013	40h/a	0	2	2	R\$ 9.687,82
Curso de Formação de Instrutores - CFI/2013 – Etapa II	23/5/2013 a 30/5/2013	*	0	1	1	R\$ 2.422,19
Curso Prático de Identificação Veicular – OTEVEIC	5/4/2013 a 11/4/2013	*	0	7	7	R\$ 7.799,33
IV Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização e Transporte da Polícia Rodoviária Federal.	6/4/2013 a 28/4/2013	*	0	4	4	R\$ 19.976,10
Workshop dos Servidores de RH	19/05/2013 A 26/05/2013	40h/a	0	2	2	R\$ 5.602,86
Treinamento – Cadastro, Aposentadoria e Pensões – DPRF	20/10/2013 a 31/10/2013	40h/a	0	1	1	R\$ 3.374,65
Workshop “Pontos Focais da Comissão Nacional Concurso PRF2013”	08/07/2013 a 10/07/2013	24h/a	0	1	1	R\$ 2.602,70
Total de capacitados			0	104	104	R\$ 107.679,39
Efetivo 2º DRPRF em dezembro/2013			1	95	96	

Das ações de Ensino à Distância

As ações de ensino a distância estão sob gestão da Coordenação de Ensino por meio da DITRAN, de modo que o Núcleo de Administração de Pessoal se incumba apenas de divulgar o calendário de cursos do ambiente de ensino a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e da Unidade de Ensino a Distância do DPRF – UnED, assim como prestar suporte aos servidores quando necessário.

- **Disciplina**

O Núcleo de Administração de Pessoal faz apenas a juntada de documentos nos assentamentos funcionais dos servidores, estando os dados disciplinares a cargo do Núcleo de Correições e Assuntos Internos.

- **Aposentadoria *versus* reposição do quadro.**

No ano de 2013 não aposentou nenhum servidor e ingressaram 14.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há servidores terceirizados que desenvolvam atividades de servidores de carreira do Órgão.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

O **Quadro A.5.2.3** abaixo, correspondente ao quarto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício. Este quadro deve ser preenchido conforme a descrição abaixo.

Quadro A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO TOCANTINS													
UG/Gestão:200139					CNPJ: 00.394.494/0135-48								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	10/2010	10.512.105/0001-83	01/11/13	01/11/14	2	2					P
2009	L	O	16/2009		30/11/13	30/11/14	3	3					P
2010	L	O	11/2010	11.507.596/0001-37	01/11/13	01/11/14	2	2					P
2012	V	O	12/2012	08.805.331/0001-00	04/10/13	04/10/14	8	8					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: NAP/2º DRPRF

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

O **Quadro A.5.2.4** abaixo, correspondente ao quinto demonstrativo, compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.5.2.3 anterior.

Quadro A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO TOCANTINS													
UG/Gestão: 200139				CNPJ: 00.394.494/0135-48									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	05	O	2/2013	10.660.342/0001-91	01/10/13	01/10/14			6	6			E
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: NAP/2º DRPRE

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A UJ possuiu contrato de vigilância para a Sede com 02 postos, um diurno e outro noturno.

A prestação de serviço de limpeza alcança a Sede e demais unidades da UJ. Havendo duas empresas prestadoras de serviços. A primeira atende a Sede e Unidade de Palmeiras do Tocantins. A segundo atende as demais UO de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Guaraí e Araguaína.

Além destes possuímos contrato de serviço de recepção para a Sede.

No exercício de 2013, não tivemos problemas com questões trabalhistas. Os casos pontuais foram tratados diretamente com as contratadas.

As maiores dificuldades se deram em razão da não existência de uma área específica para gerir e acompanhar os contratos, cabendo esta função a poucos servidores que já desempenham outras funções.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

O **Quadro A.5.2.6** abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ e somente deverá ser preenchido pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. O Quadro A.5.2.6 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

Quadro A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	02	02	01	02	R\$.7.824,00
12.1.Área Fim	--	--	--	--	--
12.2.Área Meio	02	02	01	02	--
2. Nível Médio	04	04	03	02	R\$.18.889,14
13.1. Área Fim	--	--	--	--	--
13.2.Área Meio	04	04	03	02	--
3. Total (1+2)	06	06	04	04	R\$.26.713,14

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos do 2º DRPRF é Instrução Normativa Nº 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

b) Considerando que atividade finalística da Polícia Rodoviária Federal é a fiscalização do trânsito, a frota de veículos é suma importância para o 2º DRPRF, pois através dela a maior parte dos serviços são realizados, desta forma o impacto da sobre as atividades da UJ é muito grande, pois sua inoperância pode acarretar a falta de atividades como atendimento a acidentes de trânsito, e até mesmo fiscalização diária.

c) Segue abaixo a quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Tabela XXIV - Veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

MODELO	PLACA	ANO	GRUPO	SITUAÇÃO ANO 2013
Astra	MWM-0972	2007	Serviços Comuns	Regular
Astra	MWM-2864	2007	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Astra	MWH-3236	2007	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Astra	MWH-6305	2007	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Blazer	MWX-5648	2008	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Blazer	MWN-6374	2008	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Blazer	MWS-9727	2008	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Blazer	MXF-6904	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Blazer	MXF-6954	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Blazer	MWK-2953	2011	Serviços Especiais	Regular
Blazer	JIL-0181	2011	Serviços Especiais	Regular
C-20	MVM-9271	1996	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Corsa	MVS-0133	2001	Serviços Comuns	Encaminhado p/leilão
Focus	MWQ-1016	2008	Serviços Especiais	Cedido à COEN/DPRF
Frontier	MVJ-5082	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Frontier	MWS-3666	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Frontier	MWS-3716	2010/11	Serviços Especiais	Sinistro
Frontier	MXB-7006	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Frontier	MXB-7026	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Frontier	MXB-6996	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4128	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4138	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4148	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4158	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4168	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Gm-s10	JKK-4178	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Harley	MWR-0571	2007	Serviços Especiais	Em manutenção
Harley	MWR-0601	2007	Serviços Especiais	Em manutenção
Harley	MWP-4095	2007	Serviços Especiais	Em manutenção
Harley	MWP-8802	2007	Serviços Especiais	Em manutenção
Honda	JKO-0021	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Honda	JKO-0091	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Honda	JKO-0441	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Honda	JKO-2571	2012/13	Serviços Especiais	Regular
Iveco	JFP-6114	2002	Serviços Especiais	Transferido P/ 16ªSRPRF/CE
Línea	KPG-6550	2012/12	Serviços Especiais	Regular
L-200	MWC-4048	2006	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
L-200	MWE-7824	2006	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
L-200	MVZ-8666	2006	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Pajero	MXG-5044	2010	Serviços Especiais	Regular
Pajero	MXB-8499	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Pajero	MXB-8479	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Pajero	MXB-8469	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Pajero	JHX-1091	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Pálio	MXC-2854	2009	Serviços Comuns	Regular
Pálio	MWW-4861	2009	Serviços Comuns	Regular
Pálio	MXC-3134	2009	Serviços Comuns	Regular
Pálio	MWM-0891	2008	Serviços Comuns	Regular
Pálio	MWS-3889	2008	Serviços Comuns	Regular
Pálio	MWO-3591	2008	Serviços Comuns	Regular
Renault/Fluence	JKO-1320	2013/14	Serviços Especiais	Regular
Renault/Fluence	JKR-1762	2013/14	Serviços Especiais	Em manutenção
Renault/Fluence	JKP-5820	2013/14	Transporte Institucional	Regular
Resgate	MVV-5470	1998	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Resgate	JGC-6811	2008	Serviços Especiais	Transferido p/ 8ªSRPRF/SC
Senra	MVV-1475	2010/11	Serviços Comuns	Transferido P/ 5ªSRPRF/RJ
Sprinter	JFP-8582	1999	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Tiida	MWJ-7532	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Tiida	MWJ-7582	2010/11	Serviços Especiais	Regular
Trailblazer	JKR-7788	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Trailblazer	JKR-7328	2013/13	Serviços Especiais	Regular
Zafira	MVV-6124	2004	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Zafira	MVV-6987	2004	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão
Zafira	NFI-1505	2004	Serviços Especiais	Encaminhado p/leilão

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

Tabela XXV - Média anual de quilômetros rodados

MÉDIA ANUAL KM		
Serviços Especiais	Serviços Comuns	Transporte Institucional
17.806	11.936	2196

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Tabela XXVI - Idade média da frota

MÉDIA - IDADE		
Serviços Especiais	Serviços Comuns	Transporte Institucional
2,7 anos	4,1 anos	4 meses

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Tabela XXVII - Custos associados à manutenção da frota

	Manutenção	Combustível	Dpvat
Total	R\$143.707,78	R\$234.504,64	R\$8.444,20

g) O plano de substituição da frota é de competência do DPRF, cabendo ao 2º DRPRF manter a frota sob sua responsabilidade;

h) As razões de escolha da aquisição em detrimento da locação foi que a grande maioria dos veículos pertencentes a UJ são de uso policial, e desta forma tem que estar devidamente caracterizado e adaptado para esta atividade. Mesmo os serviços de uso comuns sofrem certa adaptação para uso policial.

i) Esta UJ não tem estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, devido ao reduzido número de pessoal, cabendo ao NAF o acompanhamento e controle.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	TOCANTINS	6	6
	Araguaína	1	1
	Guaraí	1	1
	Gurupi	1	1
	Palmas	1	1
	Palmeiras do Tocantins	1	1
	Paraíso do Tocantins	1	1
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: NAF

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

O Quadro A.6.2.2 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200139	9241 00015.500-3	13	6	***	31/12/2000	26.890,63	0,00	0,00
200139	9385 00014.500-6	13	3	***	31/12/2000	125.458,81	0,00	0,00
200139	9519 00005.500-1	13	3	***	31/12/2000	26.255,02	0,00	0,00
200139	9621 00019.500-6	13	3	***	31/12/2000	22.754,49	0,00	0,00
200139	9627 00012.500-7	13	3	***	31/12/2000	25.413,05	0,00	0,00
200139	9627 00048.500-4	13	3	***	17/12/2013	630.710,00	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

Fonte: SPIUnet

O imóvel onde funcionava o antigo posto PRF em Araguaína, localizado no KM 133, da BR-153, não está mais sob a responsabilidade desta UJ e sim do DNIT. Entendimento firmado pela AGU. Foram tomadas todas as medidas para que seja feita a transferência de responsabilidade no SPIUnet, mas até o momento, isto não aconteceu. Ação independente desta UJ.

O outro imóvel utilizado pela UJ em Araguaína-TO, localizado no KM 155, da BR-153, onde atualmente funciona a Unidade Operacional, ainda não foi cadastrado no SPIUnet. Essa atribuição cabe à SPU, que já foi oficiada sobre o fato e ainda não procedeu com o cadastramento.

O imóvel de Palmas-TO, trata-se de um terreno, sendo o único com os dados totalmente atualizados. Os demais foram reavaliados e estão em processo de atualização no SPIUnet, inclusive aguardando alguns procedimentos já citados acima.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro A.6.3 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.6.3 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	TOCANTINS	1	1
	Palmas	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: NAF/2º DRPRF

Análise Crítica:

O 2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no exercício de 2013 realizou certame visando a conclusão das reformas das Unidades Operacionais de Guaraí e Palmeiras do Tocantins. Obras que estão sendo concluídas em 2014.

Ressalta-se que o imóvel de 9627 00012.500-7, localizado a Quadra 302-N (antiga AANE-40) - Conjunto QI-09 – Lote 03 – Centro – Palmas – TO, é um lote vazio, sem benfeitorias, a qual está destinado para construção da futura sede do 2º DRPRF.

A atual sede do 2º DRPRF é um imóvel alugado no valor de R\$6.200,00 (seis mil e duzentos reais) mensais, e está localizado à Quadra 103 Sul – SO11 – Lote 30 – Plano Diretor Sul – Palmas – TO.

O imóvel locado está em fase de avaliação de valor, pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, para que o mesmo seja incluído no Sistema SPIUNET.

Em 2013 também concluímos processo 08674000452/2013-01, para locação de novo imóvel que atenda as demandas logísticas da Sede do Distrito, localizado na ACNO 1, Conjunto 2, Lt. 14 e 16, Plano Diretor Norte, Palmas-TO.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O Quadro A.7.1 a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI da UJ. Para tanto, o referido Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor deverá escolher a opção que melhor represente realidade de sua UJ. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor poderá assinalar com um “X” quantas opções desejar. Na questão 7, o gestor deve levar em consideração a seguinte escala para responder:

- (1) **nunca**: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes**: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente**: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre**: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
1	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
1	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
1	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
1	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
1	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
1	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliar-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
1	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
1	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
1	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
1	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
1	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
1	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.
1	Auditoria de dados.
1	Outra(s). Qual(is)?
1	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
1	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
1	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
1	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

1	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
1	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
1	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
1	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
1	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
4	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
1	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
3	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(3)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Toda metodologia de gestão aplicada a esta U.J, no que se refere a Governança de TIC, é feita pela Sede do Departamento. Porém, a partir de março de 2014, com a obtenção de links de internet independentes, será possível implementar, a nível local, os itens 1, 2 e 3, obedecendo aos critérios normatizados pelo DPRF.	

7.1.1 Análise Crítica

Toda metodologia de gestão aplicada a esta U.J, no que se refere a Governança de TIC, é feita pela Sede do Departamento. Porém, a partir de março de 2014, com a obtenção de links de internet independentes,

será possível implementar, a nível local, os itens 1, 2 e 3, obedecendo aos critérios normatizados pelo DPRF.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o			X		

impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais: A maioria das licitações realizadas em 2013 foram executados pelo DPRF ou outra Regional, seguindo a linha das UCC (Unidade de Compra Centralizada). Como participantes não atuamos na feitura dos editais, projetos básicos e termos de referência. Mas acreditamos que estes tenham contemplado as exigências de gestão ambiental e licitações sustentáveis. Já as licitações e cotações eletrônicas geridas pela UJ utilizaram editais padrões da AGU, fornecidos em razão do compromisso assumida em razão do Termo de Cooperação Contratação eficiente.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

No segundo semestre de 2013, de forma singela e informal, inciamos projeto denominado “SABENDO USAR NÃO VAI FALTAR”, onde através de comunicação interna (via e-mail/Grupo), levamos ao conhecimento dos servidores as aquisições realizadas e orientamos sobre o uso racional. Aproveitamos também este formato para alertar sobre a necessária economia com gasto de energia, água e outros materiais de consumo.

Entendemos que para este vir a ser um programa teremos que ampliar sua metodologia, estabelecendo metas e indicadores.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
--	--			--		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel/Resma	292	331	317	3.080,16	3.191,00	3.043,20
Água/m.cúbico	863	369	344	7.754,00	3.891,65	6.727,13
Energia Elétrica	302.166	322675	351513	166.191,79	213.335,60	257.229,19
			Total			

Fonte: NAF/2º DR

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
SEGUNDO DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	029303
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-042487/2012-9	5373/2013	1.7.1 e 1.7.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SEGUNDO DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					029303
Descrição da Deliberação					
1.7.1. adoção de critérios de sustentabilidade ambiental conforme determinações contidas no Decreto n. 5.940/2006; 1.7.2. implementação da "Carta de Serviços ao Cidadão", conforme determina o Decreto n. 6.932/2009, de 11/08/2009:					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Segundo Distrito de Polícia Rodoviária Federal					029303
Síntese da Providência Adotada					
- Projeto Sabendo Usar Não Vai Faltar; Designação de Comissão para resolver questão de coleta seletiva – (Portaria nº 74/12); Acompanhamento de Gastos - Edição da Portaria Nº 141/2012 – Institui Carta de Serviço ao Cidadão					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Os serviços constantes da Portaria nº 141/2012 encontram-se a disposição da comunidade.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
ITEM 1.7.1					
- a maioria das aquisições realizadas pela UJ no exercício de 2012 ocorreram na forma de Unidade Participante em pregões eletrônicos (Registro de Preço) gerenciados pela nossa Unidade Central(DPRF). Em razão disto não tivemos participação direta na feitura dos editais, cabendo portando ao órgão gerenciador a observância aos critérios de sustentabilidade e exigência de certificações ambientais. Contudo, nosso Órgão Diretivo tem em seus editais especificados produtos e materiais que atendam aos preceitos estabelecidos no Decreto nº 5.940/06					
- De forma singela e informal iniciamos projeto denominado “Sabendo usar não vai faltar”, onde através de comunicação interna (e-mail), levamos ao conhecimento dos servidores aquisições realizadas e orientações sobre o uso. Aproveitamos também este formato para alertar sobre a necessária economia com gasto de energia, água e outros materiais de consumo (ANEXOS).					
- Temos realizado o controle de gastos de energia e água, o que permite, diante de relevante alteração gráfica, adotar providências visando identificar e sanear a causa do aumento do consumo.					
- Todo papel adquirido e utilizado pela Regional é reciclado.					
- Apesar de não termos realizados campanha de conscientização de proteção ao meio ambiente e recursos naturais. Entendemos que sendo uma das atividades do Policial Rodoviário Federal a fiscalização e combate aos ilícitos ambientais, já esta inserta em sua formação conscientização sobre este assunto.					
ITEM 1.7.2					
- O Departamento de Polícia Rodoviária Federal através da Portaria nº 141/2012, instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão (ANEXO). Cabendo a cada Unidade designar equipe de interlocutores para intermediação junto a Unidade Central (ANEXO - Portaria), e atendimento das demandas de solicitação oriundas do sistema E-SIC. Tal expediente encontra-se disponível no site WWW.PRF.GOV.BR .					

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SEGUNDO DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					029303
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-042487/2012-9	5373/2013	1.7.1 e 1.7.2	RE	1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Segundo Distrito de Polícia Rodoviária Federal	029303
Descrição da Deliberação	
1.7.1. adoção de critérios de sustentabilidade ambiental conforme determinações contidas no Decreto n. 5.940/2006;	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Segundo Distrito de Polícia Rodoviária Federal	029303
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
O alcance integral do critério de sustentabilidade, devida as limitações logísticas e humanas, tem sido gradativo, razão pela qual entendemos não estar completo este atendimento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Houve significativa melhora nos critérios de sustentabilidade: a exemplo da implementação de editais, termos de referência e projetos básicos padronizados pela AGU, cujo conteúdo exige a aplicação do previsto no Decreto nº 5.940/2006; a iniciativa do projeto de conscientização interna “SABENDO USAR NÃO VAI FALTAR”; estamos procurar acompanhar os gastos com energia e água, o que permite, diante de relevante alteração gráfica, adotar providências visando identificar e sanear a causa do aumento do consumo; adquirimos apenas papel reciclado.</p> <p>Apesar disto entendemos que implantação de programa de sustentabilidade e amplo e contínuo, carecendo de melhor formação de nossos servidores. Razão pela qual entendemos não estar satisfatória esta ação.</p>	

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

NÃO HÁ ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

NÃO HÁ OCI

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

NÃO HÁ OCI

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

NÃO HÁ NA ESTRUTURA DA UNIDADE AUDITORIA INTERNA

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 NAP

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei	Obrigados a entregar a DBR	06		06
	Entregaram a DBR	06		06

nº 8.730/93)	Não cumpriram a obrigação			
	Obrigados a entregar a DBR			
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: NAP/2º DRPRF

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Segundo os registros de recebimento da DBR existentes nesta UJ, todos os servidores obrigados a entregar a DBR o cumpriram durante o exercício de 2013, cabendo a execução da atividade de recebimento dos formulários ao NAP/CGRH/DPRF, responsável pelo cadastro de informações funcionais nesta Regional.

Para o gerenciamento do recebimento dos formulários são utilizadas planilhas de controle, mensalmente ajustadas com o objetivo de apurar o percentual de entrega pelos servidores, que deve ser feita por meio físico, em formulário próprio, cabendo informar que esta UJ não dispõe de sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

Gerencialmente, esta UJ não realiza conferências analíticas visando à identificação de possíveis incompatibilidades de patrimônio em relação à remuneração do servidor, mesmo porque o reduzido efetivo de servidores nesta Regional não permite tal grau de controle, bem como porque inexistente na nossa estrutura organizacional unidade interna para realização de controle interno.

O trato com a informação de entrega das declarações de bens dos servidores do 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal encontra-se a cargo do NAP/2º DRPRF, que criou um formulário nominado "Autorização de acesso à declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física", encaminhado aos servidores.

Atualmente a maioria dos servidores desta Sede preencheram o formulário em questão autorizando a unidade de pessoal do 2º DRPRF a ter acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e às respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil, somente 1 (um) funcionário não preencheu a autorização, entregando a declaração em forma impressa.

Toda a documentação através da impressão da declaração, incluindo o recibo de envio, juntamente com os arquivos digitais da declaração e do recibo são gravados por meio digital e arquivados, conforme Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF.

Cabe alertar que o citado normativo contém as informações básicas para que seja realizada a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte, com vistas a auxiliar os servidores na prestação da citada obrigação tributária.

O controle acerca da presente documentação tem sido realizado pelo Núcleo de Administração de Pessoal, que faz a atualização periódica.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
03	xxx	xxx	03	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

* Fonte NCAI/2º DRPRF/TO – Memorando nº 06/2014

Processo 08.674.000.618/2013-81 – Disparo acidental de arma de fogo. Obs. Houve dano de pequeno valor na pia do banheiro do posto que foi devidamente reparado pelo policial envolvido. Instrução preliminar arquivada em 09/05/2013

Processo 08.674.000.746/2009-49 - Furto no Posto Novo de Araguaína (portas, janelas, balcões, torneiras, vasos sanitários, etc) – Sindicância Administrativa Investigativa arquivada em 06/08/2013. Não houve responsabilidade de servidores pelos danos decorrentes de furto nas dependências do posto que ainda estava desocupado na data dos fatos.

Processo 08.674.001.810/2012-12 – Furto/Dano de material de terceiros sob a responsabilidade da PRF – Furto de equipamentos de som e peças de veículos retidos. Em andamento. A autoria dos foi identificada e uma pessoa foi presa com parte dos materiais.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

O modelo constante do quadro abaixo deverá ser preenchido com os dados do gestor responsável pela área da UJ que tenha a atribuição de atualizar os dados nos respectivos sistemas, traduzindo-se a declaração apresentada como veracidade da situação corrente dos sistemas especificados.

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, RENÊ SANTOS CARVALHO (**gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas**), CPF nº526.619.701-34, na época Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, (**cargo ocupado pelo responsável**), exercido no 2º Distrito de Polícia Rodoviária Federal (**nome da unidade responsável**) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 28 de março de 2014.

RENÊ SANTOS CARVALHO

CPF Nº 526.619.701-34

Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro

(Nome do Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

10.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO 10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Site do DPRF: www.prf.gov.br;

Ouvidoria PRF;

Telefone de emergência 191;

Serviço de atendimento ao cidadão: SIC

Atendimento a usuários físicos e jurídicos, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, na Sede do Distrito, horário administrativo, onde são prestadas informações diversas sobre: situação de veículos, CNHs, multas aplicadas pela PRF, dados estatísticos.

Divulgação de informações e notícias na mídia, através da área de comunicação social da Unidade.

Observamos que não foi realizado monitoramento que permita formular dados estatísticos de atendimento das demandas.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários.

Para aferir o nível de satisfação dos usuários de nosso serviço foi criado Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

A coleta destas informações são de iniciativa do Órgão Central/DPRF/Coordenação Geral de Operações, sendo que em 2013, e nos exercícios anteriores não foi realizada.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

NÃO HÁ REGISTRO DE RESULTADOS DE PESQUISA EM 2011, 2012 E 2013.

Obs. Reiteramos que a iniciativa da pesquisa é atribuição do Órgão Central.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
11.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade..

Não está cumprindo a contido na NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Justificativa: A definição da sistemática contábil para amortização e demais atos relacionados ao patrimônio da UJ, são estabelecidos pela Unidade Central. Sendo que no momento, foi implantado pelo DPRF o SIPAC (sistema integrado de patrimônio, administração e contrato). Apesar de implantado o referido sistema ainda não executa os procedimentos de amortização. Situação que em breve acreditamos ser regularizada.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Não se aplica

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
2º DISTRITO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/TO	200139		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO; c) 653 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. ATIVO COMPENSADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Não se aplica

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Não se aplica

11.6 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Novamente o grande obstáculo para cumprimento de nossas atividades decorreu da limitação de efetivo, somando-se a isto a realização de grandes eventos em outras Unidades da Federação, sendo necessário o deslocamento de efetivo para atender estas demandas.

Na parte orçamentária, apesar de hoje termos conhecimento de partes dos recursos que serão alocados para a Unidade no exercício, observamos que estes também limitam a realização de novos investimentos, pois em sua maioria é direcionado para custeio.

Uma das partes mais relevantes deste RG é a que demonstra os números de nossa atividade finalística. No conjunto, acreditamos que apesar das limitações conseguimos cumprir com os objetivos propostos pela Instituição Central no PPA. Tal realização é demonstração do compromisso da grande maioria de nossos servidores e colaboradores.